

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ

DEPARTAMENTO DE GESTÃO DOCUMENTAL

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO

DIVISÃO DE JURISPRUDÊNCIA

(ATUALIZADO ATÉ 08/10/2019)

| PROCESSO | DISPOSITIVO LEGAL QUESTIONADO | ASSUNTO | RESULTADO DA LIMINAR | RESULTADO FINAL |
|----------|--|--|-----------------------|-----------------------|
| 6195 | Lei nº 19128, de 25 de setembro de 2017, do Estado do Paraná. | Dispõe sobre a venda e o consumo de bebidas alcoólicas nas arenas desportivas e estádios no âmbito do Estado do Paraná. | Aguardando Julgamento | Aguardando Julgamento |
| 6189 | Arts. 1º, 2º-A e 3º Lei nº 15433, de 15 de janeiro de 2007, Leis nºs 13981, de 26 de dezembro de 2002 e 12362, de 23 de dezembro de 1998, das Resoluções nºs 97, de 04 de dezembro de 1990 e 51, de 01 de novembro de 1989 da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná e o Decreto Legislativo nº 7, de 15 de dezembro de 1994, todas do Estado do Paraná. | Lei nº 154333, de 15 de janeiro de 2007: Dispõe sobre a remuneração mensal do Governador do Estado, do Vice-Governador do Estado e dos Membros da Assembleia Legislativa, conforme especifica. Lei nº 13981, de 26 de dezembro de 2002: Dispõe sobre a remuneração mensal do Governador do Estado, do Vice-Governador do Estado e dos membros da Assembleia Legislativa, conforme especifica. Lei nº 12362, de 23 de dezembro de 1998: Mantém a atual remuneração mensal do Governador, do Vice-Governador e dos Secretários de Estado e dispõe sobre a remuneração dos membros da Assembleia Legislativa, em conformidade com preceitos constitucionais que menciona. | Aguardando Julgamento | Aguardando Julgamento |

| | | | | |
|------|--|--|-----------------------|-----------------------|
| | | <p>Resolução nº 97, de 04 de dezembro de 1990: Fixa remuneração do Governador e do Vice-Governador do Estado para o exercício de 1991.</p> <p>Resolução nº 51, de 01 de novembro de 1989: Fixa remuneração do Governador e do Vice-Governador do Estado.</p> <p>Decreto Legislativo nº 7, de 15 de dezembro de 1994: Fixa para a legislatura a iniciar-se em 01 de fevereiro de 1995, o valor da remuneração dos Deputados Estaduais.</p> | | |
| 6177 | <p>Decreto 1.118, de 23 de abril de 2003, e a Lei 18.748, de 14 de abril de 2016, ambos do Estado do Paraná.</p> | <p>Decreto nº 1118, de 23 de abril de 2003: Disciplina a percepção de honorários advocatícios pelos Procuradores do Estado e Advogados do Estado.</p> <p>Lei nº 18748, de 13 de abril de 2016: Dispõe sobre a distribuição das verbas de sucumbência, de natureza privada e alimentar, entre integrantes da carreira de Procurador do Estado e da carreira especial de Advogado do Estado, em extinção.</p> | Aguardando Julgamento | Aguardando Julgamento |
| 6150 | <p>Art. 1º da Lei nº 19849, de 08 de maio de 2019, do Estado do Paraná.</p> | <p>Altera dispositivo da Lei nº 19802, de 21 de dezembro de 2018, que dispõe sobre tratamento diferenciado de pagamento de dívidas tributárias relacionadas com o ICM e o ICMS e da Lei nº 18748, de 13 de abril de 2016, que dispõe sobre a distribuição das verbas de sucumbência, de natureza privada e alimentar, entre integrantes da carreira de Procurador do Estado e da carreira especial de Advogado do Estado, em extinção.</p> | Aguardando Julgamento | Aguardando Julgamento |
| 5986 | <p>Artigo 1º da Lei Estadual nº 19429, de 15 de março de 2018, do Estado do Paraná.</p> | <p>Obriga as pessoas jurídicas que operam planos de assistência odontológica no Estado do Paraná a se adequarem à tabela da Classificação Brasileira Hierarquizada de Procedimentos Odontológicos.</p> | Aguardando Julgamento | Aguardando Julgamento |
| 5984 | <p>Lei Estadual nº 19429, de 15 de março de 2018, do Estado do Paraná.</p> | <p>Obriga as pessoas jurídicas que operam planos de assistência odontológica no Estado do Paraná a se adequarem à tabela da Classificação Brasileira Hierarquizada de Procedimentos Odontológicos.</p> | Aguardando Julgamento | Aguardando Julgamento |

| | | | | |
|------|---|---|---|--|
| 5976 | Súmula 122 do Tribunal Regional Federal da 4ª Região. | Encerrada a jurisdição criminal de segundo grau, deve ter início a execução da pena imposta ao réu, independentemente da eventual interposição de recurso especial ou extraordinário. | Aguardando Julgamento | Aguardando Julgamento |
| 5965 | Lei Estadual nº 19429 , de 15 de março de 2018, do Estado do Paraná. | Obriga as pessoas jurídicas que operam planos de assistência odontológica no Estado do Paraná a se adequarem à tabela da Classificação Brasileira Hierarquizada de Procedimentos Odontológicos . | Aguardando Julgamento | Aguardando Julgamento |
| 5961 | Artigos 1º e 2º da Lei Estadual nº 14.040 , de 28 de abril de 2003, do Estado do Paraná. | Proíbe que as empresas de concessão de serviços públicos de água, luz e telefonia façam o corte do fornecimento residencial de seus serviços por falta de pagamento de contas em dias específicos e dá outras providências. | Prejudicada | Improcedente (Plenário: 19/12/2018) Publicado: 11/02/2019 |
| 5960 | Artigos 1º e 2º da Lei Estadual nº 15.008 , de 26/01/2006, do Estado do Paraná. | Dispõe sobre a proibição da interrupção no fornecimento de energia elétrica aos consumidores residenciais em inadimplência no Estado do Paraná nas datas que especifica e normatiza a suspensão nas seguintes condições. | Aguardando Julgamento | Aguardando Julgamento |
| 5917 | Item 3.1 do ato normativo do Estado do Paraná, denominado Edital nº 72 , de 2017 GS-SEED, de 15 de dezembro de 2017. | Edital que estabelece instruções destinadas à realização de Processo Seletivo Simplificado – PSS, visando a contratações temporárias para exercer as funções de Professor, Professor Pedagogo, Professor Guia Intérprete e Tradutor e Intérprete de Língua Brasileira de Sinais (TILS). | Prejudicada | Decisão Monocrática – Negado Seguimento (Decisão: 22/03/2018) Publicado: 27/03/2018 |
| 5904 | Art. 9º, inc. I e II, da Resolução nº 15 , de 2018 - GS/SEED, de 03 de janeiro de 2018 da Secretaria de Estado da Educação – SEED, do Estado do Paraná. | Regulamenta a distribuição de aulas e funções aos professores do Quadro Próprio do Magistério – QPM, do Quadro Único de Pessoal – QUP e aos professores contratados em Regime Especial nas Instituições Estaduais de Ensino do Paraná. | Prejudicada | Decisão Monocrática – Não Conhecido (Decisão: 19/03/2018) Publicado: 21/03/2018 |
| 5836 | Artigos 20, 21, 22, 23, 24 e 25 da Lei nº 19130 , de 25 de setembro de 2017, do Estado do Paraná. | Institui a diária especial por atividade extrajornada voluntária, a gratificação intra muros, e adota outras providências. | Decisão Monocrática - Deferida em Parte (Decisão: 26/12/2017) Publicado: 01/02/2018 | Aguardando Julgamento |

| | | | | |
|------|---|---|---|---|
| 5746 | Artigo 40, II, parte final, da Lei Estadual nº 12398 , de 30 de dezembro de 1998, do Estado do Paraná. | Cria o Sistema de Seguridade Funcional do Estado do Paraná, transforma o Instituto de Previdência e Assistência aos Servidores do Estado do Paraná – IPE em serviço social autônomo, denominado PARANÁPREVIDENCIA e adota outras providências. | Sem Liminar | Aguardando Julgamento |
| 5725 | Lei nº 18909 , de 29 de novembro de 2016, do Estado do Paraná, publicada no Diário Oficial do ente federado em 08 de dezembro de 2016, que deu nova redação à Lei nº 17663 , de 2013. | Altera a Lei nº 17663, de 27 de agosto de 2013 que dispõe medidas para que as empresas prestadoras de serviços de TV por assinatura situadas no Estado do Paraná, mantenham escritórios regionais nas microrregiões para atendimento pessoal. | Prejudicada | Procedente (Plenário: 06/12/2018) Publicado: 18/12/2018 |
| 5641 | Artigo 33 da Lei nº 18907 , de 25 de novembro de 2016 do Estado do Paraná. | Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária do exercício financeiro de 2017. | Aguardando Julgamento | Aguardando Julgamento |
| 5589 | Art. 1º a art. 6º da Lei nº 18573 , de 30 de setembro de 2015, do Estado do Paraná. | Instituição do Fundo Estadual de Combate à Pobreza do Paraná , disposição quanto ao Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos , e adoção de outras providências. | Prejudicada | Decisão Monocrática – Extinto o Processo (Decisão: 16/08/2017) Publicado: 21/08/2017 |
| 5572 | Lei nº 18752 , de 13 de abril de 2016, do Estado do Paraná. | Obriga as empresas prestadoras de serviços , de internet a apresentar ao consumidor, na fatura mensal, gráficos que informem a velocidade diária média de envio e recebimento de dados entregues no mês. | Prejudicada | Improcedente (Plenário: Sessão Virtual de 16/08/2019 a 22/08/2019) Publicado: 09/09/2019 |
| 5510 | Arts. 150, incisos I a VI e §1º, e 156 da Lei Complementar nº 131 , de 29 de setembro de 2010; e os arts. 156, I a VI e §2º, e 157 da Lei Complementar nº 92 , de 05 de julho de 2002, ambas do Estado do Paraná. | Dispõe sobre a reestruturação da carreira do Agente Fiscal da Coordenação da Receita do Estado , que passa a ser denominado Auditor Fiscal , conforme específica e adota outras providências. | Decisão Monocrática – Indeferida (Decisão: 03/10/2016) Publicado: 05/10/2016 | Aguardando Julgamento |
| 5426 | Artigos 133, §§10 e 11, 136 da Constituição do Estado do Paraná ; artigos 7º, 17, VIII e 19 da Lei nº 18178 , de 05 de agosto de 2014 do Estado do Paraná (Lei de Diretrizes Orçamentárias - | Lei de Diretrizes Orçamentárias Anual – 2015. | Prejudicada | Decisão Monocrática – Extinto o Processo (Decisão: 16/12/2015) Publicado: 01/02/2016 |

| | | | | |
|-------------|--|--|--|---|
| | Exercício 2015); artigos 7º e 17, VIII, alíneas "a", "b" e "c" da Lei nº 18532 , de 27 de julho de 2015 (Lei de Diretrizes Orçamentárias - Exercício 2016); art. 28 da Lei nº 18409 , de 29 de dezembro de 2014 do Estado do Paraná (Lei orçamentária Anual - Exercício 2015); artigo 3º, X, da Lei nº 15942 , de 03 de setembro de 2008 do Estado do Paraná (institui o Fundo da Justiça), e artigo 3º, II, da Lei nº 12241 , de 28 de julho de 1998 do Estado do Paraná (institui o Fundo Especial do Ministério Público). | | | |
| 5425 | Decreto nº 442 , de 06 de fevereiro de 2015, do Estado de Paraná. | Alterações no Regulamento do ICMS . | Aguardando Julgamento | Aguardando Julgamento |
| 5400 | Artigos 4º; 6º, "caput" e §§2º, 4º, 5º; arts. 7º, in fine, art. 11 §1º e parte dos Anexos I, IV e VII, todos da Lei nº 17170 , de 24 de maio de 2012, do Estado do Paraná. | Dispõe sobre a remuneração da Polícia Civil e Delegados do Estado do Paraná , conforme determina o §9º do art. 144 da Constituição Federal. | Sem liminar | Aguardando Julgamento |
| 5390 | Art. 1º e art. 3º do Decreto nº 2095 , de 07 de agosto de 2015, do Estado do Paraná. | Dispõe sobre o limite para pagamento de obrigações de pequeno valor de que trata o §3º do art. 100 da Constituição Federal e a Lei Estadual nº 12601, de 28 de junho de 1999. | Prejudicada | Decisão Monocrática - Extinto o Processo (Decisão: 28/09/2017) Publicado: 04/10/2017 |
| 5381 | Art. 7º, §2º da Lei Estadual nº 18532 , de 23 de julho de 2015, aprovada pela Assembleia Legislativa do Estado do Paraná. | Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária do exercício financeiro de 2016. | Deferida (Plenário: 18/05/2016) Publicado: 01/12/2016 | Decisão Monocrática - Extinto o processo (Decisão: 16/10/2018) Publicado: 19/10/2018 |

| | | | | |
|------|--|--|---|---|
| 5350 | Lei nº 18469 , de 30 de abril de 2015, do estado do Paraná | Reestruturação do Plano de Custeio e Financiamento do Regime Próprio de Previdência Social do Estado do Paraná. | Aguardando Julgamento | Aguardando Julgamento |
| 5330 | Art. 2º, II da Lei nº 18469 , de 30 de abril de 2015, do Estado do Paraná, que altera o art. 12 da Lei nº 17435 , de 2012. | Reestruturação do Plano de Custeio e Financiamento do Regime Próprio de Previdência Social do Estado do Paraná e adoção de outras providências. | Aguardando Julgamento | Aguardando Julgamento |
| 5327 | Lei nº 18293 , de 04 de novembro de 2014, do Estado do Paraná. | Determinação para que as empresas operadoras do Serviço Móvel Pessoal instalem equipamentos tecnológicos ou solução tecnológica hábel a identificar e/ou bloquear sinais de telecomunicações e/ou radiocomunicações nos Estabelecimentos Penais e nos Centros de Socieducação do Estado do Paraná. | Decisão Monocrática – Liminar Deferida (Decisão: 18/06/2015) Publicado: 22/06/2015 | Procedente (Plenário: 03/08/2016) Publicado: 08/08/2016 |
| 5320 | Art. 4º e art. 7º, III, XV, XVIII, XIX, XXIII, XXV e XXVI da Lei Complementar nº 96 , de 12 de setembro de 2002 do Estado do Paraná. | Dispõe sobre o vencimento básico dos cargos integrantes das carreiras policiais civis, do Quadro Pessoal da Polícia Civil. | Prejudicada | Decisão Monocrática - Não conhecido (Decisão: 01/06/2015) Publicado: 08/06/2015 |
| 5288 | Art. 3º, VIII; art. 7º; art. 8º; art. 9º, "caput" e §§; art. 10 e art. 11, da Lei nº 13228 , de 19 de julho de 2001, do Estado do Paraná. | Cria o Fundo de Apoio ao Registro Civil de Pessoas Naturais – FUNARPEN. | Sem Liminar | Aguardando Julgamento |
| 5282 | Art. 5º e art. 6º da Lei nº 18371 , de 15 de dezembro de 2014, do Estado do Paraná. | Alteração de dispositivos da Lei nº 11.580, de 14 de novembro de 1996, que dispõe sobre o Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transportes Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação , e da Lei nº 14.260, de 22 de dezembro de 2003, que estabelece normas sobre o tratamento tributário pertinente ao Imposto Sobre a Propriedade de Veículos Automotores. | Aguardando Julgamento | Aguardando Julgamento |
| 5279 | Lei nº 12327 , de 21 de setembro de 1998, do Estado do Paraná. | Dispõe sobre as atividades profissionais de Despachante de Trânsito do Estado do Paraná. | Prejudicada | Decisão Monocrática – Não conhecido (Decisão: 28/09/2017) Publicado: 04/10/2017 |

| | | | | |
|------|--|--|--|--|
| 5218 | Arts. 16 e 19 da Lei Estadual nº 18409 , de 29 de dezembro de 2014, do Estado do Paraná. | Estima a Receita e Fixa a Despesa para o exercício financeiro de 2015 . | Decisão Monocrática – Liminar Deferida em Parte (Decisão: 16/01/2015) Publicado: 04/02/2015 | Decisão Monocrática – Prejudicado (Decisão: 15/02/2016) Publicado: 18/02/2016) |
| 5217 | Lei Complementar nº 180 , de 15 de dezembro de 2014, do Estado do Paraná. | Alteração da Lei Complementar nº 136, de 19 de maio de 2011, que estabeleceu a Lei Orgânica da Defensoria Pública do Estado do Paraná . | Decisão Monocrática – Liminar Deferida (Decisão: 22/01/2015) Publicado: 04/02/2015 | Aguardando Julgamento |
| 5187 | Arts. 2º, 3º, 4º, 6º, 7º, 8º e 11 da Lei Ordinária Estadual nº 14985 , de 06 de janeiro de 2006; Art. 1º do Decreto do Poder Executivo Estadual nº 6144 , de 22 de fevereiro de 2006, na parte em que acrescentou os §§1º, 3º, 4º e 5º do art. 572-O, o art. 572-P, art. 572-Q, art. 572-R e art. 572-U ao Regulamento do ICMS daquela unidade federativa (Decreto nº 5141, de 2001), ambos do Estado do Paraná. | Dispõe sobre benefício de suspensão do pagamento do ICMS devido nas operações que especifica a estabelecimento industrial paranaense nas importações por aeropostos e portos de Paranaguá e Antonina. | Prejudicada | Decisão Monocrática – Negado Seguimento (Decisão: 25/06/2015) Publicado: 01/07/2015 |
| 5185 | Art. 8º, §1º e art. 26, "caput" e parágrafo único da Lei nº 17435 , de 21 de dezembro de 2012 do Estado do Paraná. | Dispõe sobre a reestrutura do Plano de Custeio e Financiamento do Regime Próprio de Previdência Social do Estado do Paraná e dá outras providências. | Aguardando Julgamento | Aguardando Julgamento |
| 5133 | Art. 3º, inciso I, da Lei nº 17838 , de 19 de dezembro de 2003, do Estado do Paraná. | Cria o Fundo Estadual de Segurança dos Magistrados – FUNSEG com o objetivo de financiar a implantação e manutenção do Sistema de Segurança dos Magistrados. | Aguardando Julgamento | Aguardando Julgamento |
| 5099 | Lei Complementar nº 159 , de 25 de julho de 2013, do Estado do Paraná. | Dispõe sobre a utilização de parcela de depósito judiciais para a aplicação nas áreas de saúde, educação, segurança pública, infraestrutura viária, mobilidade urbana e pagamento de requisições judiciais de pequeno valor e dá outras providências. | Prejudicada | Aguardando Julgamento |

| | | | | |
|------|---|---|-----------------------|--|
| 5054 | Lei nº 17169, de 25 de maio de 2012 e Lei nº 17172, de 25 de maio de 2012, ambos do Estado do Paraná. | Dispõem sobre o subsídio da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros do Estado do Paraná , conforme dispõem a Constituição Estadual e Constituição da República. | Aguardando Julgamento | Aguardando Julgamento |
| 5033 | § único do artigo 2º; O artigo 3º, seus §§1º, 3º, 4º e 5º; incisos I, II e III do artigo 4º; inciso I, II letras "a"; "b" e "c", III, IV, V, VI, VII e VIII, §1º, incisos I, II e III; §2º e incisos e §3º, todos do artigo 5º; § único do artigo 6º; incisos de I a VII; §1º, incisos I e II, e §§2º e 3º, todos do artigo 7º; §1º do artigo 8º; artigo 11, §§1º e 2º; artigo 12; artigo 13; artigo 14; § único do artigo 15; artigo 17 e seu § único; Inciso I do artigo 19; artigo 20; Artigo 23 e § único; § único do artigo 26; § único do artigo 30; incisos I e II do §2º do artigo 32; § único do artigo 34; artigo 39; artigo 42; artigo 45, da Lei nº 16544, de 14 de julho de 2010, do Estado do Paraná. | Dispõe que o processo disciplinar, na Polícia Militar do Estado do Paraná (PMPR) , será regulado na forma que especifica e adota outras providências. | Prejudicada | Decisão monocrática – Não Conhecido (Decisão: 10/10/2017) Publicado: 18/10/2017 |
| 4924 | Lei nº 17107, de 17 de abril de 2012, do Estado do Paraná. | Dispõe sobre penalidades ao responsável pelo acionamento indevido dos serviços telefônicos de atendimento a emergências envolvendo remoções ou resgates, combate a incêndios, ocorrências policiais ou atendimento de desastres (trote telefônico). | Aguardando Julgamento | Aguardando Julgamento |
| 4872 | Art. 1º; art. 5º §§2º e 3º; art. 6º, V; art. 8º, §1º, II; art.9º, XII, alíneas "a" e "b"; art. 18, §3º; art. 21 e seus incisos; art. 22 e seus incisos; art. 24 e art. 31 na Resolução nº 28, de 2011 do Tribunal de Contas do Estado | Dispõe sobre a formalização, a execução, a fiscalização e a prestação de contas das transferências de recursos financeiros e demais repasses no âmbito estadual e municipal , institui o Sistema Integrado de Transferências – SIT. | Aguardando Julgamento | Aguardando Julgamento |

| | | | | |
|------|---|---|-----------------------|---|
| | do Paraná. Bem como os arts. 1º; 2º; 3º, I, VI e X; 5º, II e V; 9º e 13 da Instrução Normativa nº 61 , de 2011. | | | |
| 4862 | Lei nº 16785 , de 11 de janeiro de 2011, do Estado do Paraná. | Dispõe sobre a cobrança proporcional ao tempo efetivamente utilizado pelos serviços de estacionamento de veículos em estabelecimentos destinados ao aluguel de vagas. | Prejudicada | Procedente (Plenário: 18/08/2016) Publicado: 07/02/2017 |
| 4840 | Lei nº 17169 , de 24 de maio de 2012 e Lei nº 17172 , de 24 de maio de 2012, ambos do Estado do Paraná. | Dispõe sobre o subsídio da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros do Estado do Paraná , conforme dispõem a Constituição Estadual e a Constituição da República. | Prejudicada | Decisão Monocrática – Negado Seguimento (Decisão: 02/05/2013) Publicado: 07/05/2013 |
| 4817 | Decreto Estadual nº 3981 , 01 de março de 2012, do Estado do Paraná. | Estabelece as diretrizes de cooperação do Poder Executivo Estadual com o Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado-GAECO , no Estado do Paraná , e dá outras providências - SESP-SEFA. | Prejudicada | Decisão Monocrática - Extinto o Processo (Decisão: 22/08/2018) Publicado: 27/08/2018 |
| 4814 | Lei nº 16390 , de 02 de fevereiro de 2010, e seus anexos I a V, bem como da Lei nº 16792 , de 25 de fevereiro de 2011, do Estado do Paraná. | Adota diretrizes, altera, extingue, cria e transforma cargos do Quadro Próprio de Poder Legislativo do Estado do Paraná , conforme especifica. | Aguardando Julgamento | Aguardando Julgamento |
| 4796 | §2º do art. 101 da Constituição do Estado do Paraná e, §2º do art. 3º da Lei Complementar Estadual nº 85 , de 1999. | Norma contida na Constituição do Estado do Paraná e, igualmente, na Lei Orgânica do Ministério Público do Estado do Paraná que estão obrigando o Poder Judiciário a ceder para os membros do Ministério Público , nos seus prédios, instalações assemelhadas às dos Juízes . | Aguardando Julgamento | Aguardando Julgamento |
| 4791 | Arts. 54, 0XI e 89, da Constituição do Estado do Paraná . | Arts. 54, XI e 89, da Constituição do Estado do Paraná . | Prejudicada | Procedente em Parte (Plenário: 12/02/2015) Publicado: 24/04/2015 |
| 4767 | Parágrafo 4º, do art. 15 e dos §§1º, 2º e 3º, do art. 26, todos da Lei nº 17082 , de 09 de fevereiro de 2012, do Estado do Paraná. | Regulamento o Acordo Direto de Precatórios e estabelece Políticas Fazendárias . | Aguardando Julgamento | Aguardando Julgamento |

| | | | | |
|------|--|---|-----------------------|---|
| 4761 | Art. 1º, caput e parágrafos 1º a 3º; e 2º, caput e parágrafo único; art. 3º e art. 4º da Lei nº 17054 , de 23 de janeiro de 2012, do Estado do Paraná. | Estabelece que as operadores de telefonia celular e os fabricantes de aparelhos celulares e acessórios, no âmbito do Estado do Paraná, deverão alertar seus usuários sobre a possibilidade de danos à saúde . | Prejudicada | Procedente (Plenário: 18/08/2016) Publicado: 14/11/2016 |
| 4748 | Lei nº 17081 , de 09 de fevereiro de 2012, do Estado do Paraná. (DOE 17 de fevereiro de 2012) | Dispõe sobre normas para as compras públicas pelo sistema " Registro de Preço " na forma que específica. | Prejudicada | Procedente (Plenário: 11/09/2019) Publicado: 27/09/2019 |
| 4658 | Art. 34, inciso VII da Lei nº 15608 , de 16 de agosto de 2007, do Estado do Paraná. | Estabelece normas sobre licitações, contrato administrativos e convênios no âmbito dos Poderes do Estado do Paraná . | Aguardando Julgamento | Aguardando Julgamento |
| 4614 | Lei nº 16762 , de 29 de dezembro de 2010, do Estado do Paraná. | Dispõe que as empresas de limpeza e conservação , deverão pagar a seus empregados mensalmente o Salário-Mínimo Regional em vigor no Estado do Paraná, sejam eles ligados ou não a Sindicatos. | Aguardando Julgamento | Aguardando Julgamento |
| 4570 | Art. 1º, parágrafos 1º e 2º da Lei Estadual nº 16661 , de 14 de dezembro de 2010, do Estado do Paraná. | Os valores dos vencimentos básicos dos servidores ativos e inativos do quadro de pessoal efetivo e dos cargos em comissão do Tribunal de Contas do Estado do Paraná , ficam reajustados em 13,72% (treze vírgula setenta e dois por cento). | Aguardando Julgamento | Aguardando Julgamento |
| 4567 | Art. 5º, "caput", da Resolução nº 7 , de 31 de agosto de 2004, com a redação introduzida pela Resolução nº 9 , de 18 de maio de 2005. | Altera redação dada ao art. 5º e insere dispositivos à Resolução nº 7, de 31 de agosto de 2004, que dispõe sobre o Quadro Efetivo do Pessoal da Secretaria da Assembleia Legislativa . | Prejudicada | Decisão Monocrática – Extinto o Processo (Decisão: 14/03/2013) Publicado: 19/03/2013 |
| 4564 | Art. 5º, "caput", da Resolução nº 7 , de 31 de agosto de 2004, com a redação introduzida pela Resolução nº 9 , de 18 de maio de 2005. | Altera redação dada ao art. 5º e insere dispositivos à Resolução nº 007, de 31 de agosto de 2004, que dispõe sobre o Quadro Efetivo do Pessoal da Secretaria da Assembleia Legislativa . | Aguardando Julgamento | Aguardando Julgamento |
| 4558 | Parágrafos 1º, 2º, alíneas "a" a "d", e 3º, do art. 20, da Resolução nº 115 , de 29 de junho de 2010 do Conselho Nacional de Justiça - CNJ , com a redação conferida | Acrescenta e altera dispositivos da Resolução nº 115 do CNJ, que dispõe sobre a Gestão de Precatórios no âmbito do Poder Judiciário . | Aguardando Julgamento | Aguardando Julgamento |

| | | | | |
|------|--|---|-----------------------|---|
| | pela Resolução nº 123 , de 09 de novembro de 2010. | | | |
| 4545 | Art. 85, §5º da Constituição do Estado do Paraná . | Cessada a investidura no cargo de Governador do Estado , quem o tiver exercido em caráter permanente fará jus, a título de representação, desde que não tenha sofrido suspensão dos direitos políticos, a um subsídio mensal e vitalício , igual ao percebido pelo desembargador do Tribunal de Justiça do Estado. | Aguardando Julgamento | Aguardando Julgamento |
| 4504 | Emenda Constitucional nº 29/2010 , do Estado do Paraná. | Emenda Constitucional nº 29, de 28 de outubro de 2010, que acresceu os §§15 e 16 ao art. 45; §5º ao art. 47; §10 ao art. 33 e art. 61 na Constituição do Estado do Paraná. | Aguardando Julgamento | Aguardando Julgamento |
| 4493 | Arts. 2º, 3º, 4º, 6º, 7º, e 11, da Lei nº 14985 , de 06 de janeiro de 2006, art. 1º, do Decreto nº 6144 , de 22 de fevereiro de 2006, na parte em que acrescentou os §§ 1º, 3º, 4º e 5º do art. 572 - O, o art. 572 - P, art. 572 - Q, art. 572 - R e art. 572 - U ao Regulamento do ICMS daquela unidade federativa (Decreto nº 5141 de 12 de dezembro de 2001). | Regulamento do ICMS . | Prejudicada | Decisão Monocrática – Negado Seguimento (Decisão: 25/06/2015) Publicado: 01/07/2015 |
| 4481 | Arts. 1º ao 8º, bem como o art. 11, todos da Lei nº 14985 , de 06 de janeiro de 2006, inclusive do parágrafo único do art. 1º, dessa lei, acrescentando pelo art. 1º da Lei nº 15467 , de 09 de fevereiro de 2007, ambas do Estado do Paraná. | Dispõe sobre benefício de suspensão do pagamento do ICMS devido nas operações que especifica a estabelecimento industrial paranaense nas importações por aeroportos e portos de Paranaguá e Antonina . | Prejudicada | Procedente em Parte (Plenário: 11/03/2015) Publicado: 19/05/2015 |
| 4457 | Decreto 42241 , de 14 de janeiro de 2010, do Estado do Rio de Janeiro . | Dispõe sobre a redução da base de cálculo na operação de saída de ônibus de entrada baixa (<i>low entry</i>). | Prejudicada | Procedente (Plenário: 01/06/2011) Publicado: 01/07/2011 |
| 4454 | Art. 210 - A, §3º, da Constituição do Estado do Paraná , incluído na Emenda | Concessão de serviços públicos de saneamento básico para empresas de capital privado. | Aguardando Julgamento | Aguardando Julgamento |

| | | | | |
|---------------|--|---|-----------------------|---|
| | Constitucional nº 24 , publicada em 16 de julho de 2008. | | | |
| 4432 | Lei nº 16470 , de 30 de março de 2010, do Estado do Paraná. | Piso Salarial Trabalhadores Estado do Paraná. | Prejudicada | Improcedente (Plenário: 28/04/2011) Publicado: 05/09/2011 |
| 4402 | Art. 27, caput, da Lei nº 15854 , de 16 de junho de 2008, do Estado do Paraná. | Plano de Cargos e Carreiras dos Servidores do Tribunal de Contas do Estado do Paraná. | Prejudicada | Decisão Monocrática – Extinto o Processo (Decisão: 22/03/2018) Publicado: 27/03/2018 |
| 4353 | Arts. 2º ao 12 da Lei nº 16239 , de 29 de setembro de 2009, do Estado do Paraná. | Estabelece normas de proteção à saúde e de responsabilidade por dano ao consumidor , nos termos dos incisos V, VIII e XII do artigo 024, da Constituição Federal, para criação de ambientes de uso coletivo livres de produtos fumígenos , conforme especifica e adota outras providências. | Aguardando Julgamento | Aguardando Julgamento |
| 4351 | Lei nº 16239 , de 29 de setembro de 2009, do Estado do Paraná. | Estabelece normas de proteção à saúde e de responsabilidade por dano ao consumidor , nos termos dos incisos V, VIII e XII do artigo 24, da Constituição Federal, para criação de ambientes de uso coletivo livres de produtos fumígenos , conforme especifica e adota outras providências. | Aguardando Julgamento | Aguardando Julgamento |
| 4317-0 | Art. 8º, §2º, inciso I e II, art. 16, §§1º e 2º e art. 21 e § único, todos da Lei nº 16023 , de 2008. | Quadro de pessoal do Poder Judiciário. | Aguardando julgamento | Aguardando julgamento |
| 4287-4 | Parágrafos 7º e 8º, do art. 2º, da Resolução do Senado nº 98 , de 1998, acrescidos que foram pela Resolução nº 47 , de 2007. | Operação de crédito. | Sem liminar | Aguardando julgamento |
| 4257-2 | Lei nº 16109 , de 18 de maio de 2009, publicada em 21 de maio de 2009. | Determina que a UNICENTRO e a Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG) procedam os registros dos diplomas expedidos pela Faculdade Vizinhança Vale do Iguaçu VIZIVALI. | Aguardando julgamento | Aguardando julgamento |

| | | | | |
|--------|---|---|---|--|
| 4256-4 | Art. 1º, da Resolução nº 48 , de 18 de dezembro de 2007, do Conselho Nacional de Justiça – CNJ. | Dispõe sobre a exigência, como requisito para provimento do cargo de Oficial de Justiça , da conclusão de curso superior, preferencialmente em Direito. | Prejudicada | Decisão Monocrática – Prejudicado (Decisão: 29/09/2010) Publicado: 11/10/2010 |
| 4248-3 | Parágrafo 3º do art. 81, da Lei Estadual nº 7297 , de 08 de janeiro de 1980, com a redação dada pela Lei nº 14925 , de 24 de novembro de 2005, ambas do Estado do Paraná. | Alteração do Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Paraná . | Aguardando julgamento | Aguardando julgamento |
| 4243-2 | Arts. 3º, caput; art. 8º, caput; art. 9º, §1º; art. 10, parágrafo único; art. 16, parágrafo único; art. 84, caput; e art. 87, parágrafo único, todos da Lei nº 14277 , de 30 de novembro de 2003; e o art. 9º e art. 83, V, “c” do Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná , na redação que lhes deu a Resolução nº 10 , de 2005. | Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Paraná . | Prejudicada | Improcedente (Plenário: 19/12/2018) Publicado: 11/02/2019 |
| 4221-1 | Lei nº 15349 , de 22 de dezembro de 2006, do Estado do Paraná. | Quadro Especial de Oficiais da Polícia Militar . | Aguardando julgamento | Aguardando julgamento |
| 4167-3 | Art. 2º, §§1º e 4º, art. 3º, "caput", II e III, e o art. 8º, da Lei nº 11738 , de 16 de julho de 2008. | Piso salarial para magistério. | Deferida em Parte (Plenário: 17/12/2008) Publicado: 30/04/2009 | Improcedente (Plenário: 27/04/2011) Publicado: 24/08/2011 |
| 4152-5 | Decreto nº 52381 , de 19 de novembro de 2007, do Estado de São Paulo, publicado em 20 de novembro de 2007, com as alterações dos Decretos nºs 52586 , de 28 de dezembro de 2007, publicado em 29 de dezembro de 2007 e 52824 , de 20 | Institui regime especial de tributação do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS para contribuintes que realizarem operações com leite longa vida e laticínios. | Prejudicado | Procedente (Plenário em: 01/06/2011) Publicado: 21/09/2011 |

| | | | | |
|--------|--|--|---------------------------------|---|
| | de março de 2008, publicado em 21 de março de 2008. | | | |
| 4104-5 | Art. 56, da Constituição do Estado do Paraná , redação dada pela Emenda Constitucional nº 17 de 08 de novembro de 2006. | Votação/deliberações na Assembleia Legislativa por maioria de votos. | Prejudicada | Decisão Monocrática – Não conhecido (Decisão: 18/11/2015) Publicado: 23/11/2015 |
| 4095-2 | Resolução nº 102 , de 28 de agosto de 2007, do Estado do Paraná. | Acrescenta itens à metodologia de análise oficial e ao padrão nacional de sementes de soja convencional analisadas e comercializadas no Estado do Paraná. | Prejudicada – Negado Seguimento | Decisão Monocrática - Negado seguimento (Decisão: 26/06/2008) Publicado: 01/08/2008 |
| 4016-0 | Artigo 3º da Lei Estadual Paranaense nº 15747 de 24 de dezembro de 2007. | Altera os dispositivos que especifica, da Lei nº 14.260, de 22 de dezembro de 2003 (Lei do IPVA) e aprova tabela de preços médios de veículos a ser utilizada como base de cálculo do referido imposto para o exercício de 2008. | Indeferida | Aguardando julgamento |
| 3984-9 | Lei nº 13790 , de 06 de julho de 2006, do Estado de Santa Catarina. | Institui o Programa de Revigoração do Setor de Transporte Rodoviário de Cargas de Santa Catarina – PRÓ-CARGAS/SC . | Prejudicada | Procedente (Plenário: Sessão Virtual de 23/08/2019 a 29/08/2019) Publicado: 23/09/2019 |
| 3968-7 | Arts. 2º, caput, e seu parágrafo único; 5º, caput, e seu parágrafo único e 9º, na parte final de sua redação, todos da Lei Estadual nº 15512 , de 31 de maio de 2007. | Incidência do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA . | Aguardando Julgamento | Aguardando Julgamento |
| 3948-2 | Lei Complementar nº 120 , de Estado do Paraná. | A Assembleia Legislativa instituirá Plano de Previdência Social aos Deputados Estaduais . | Aguardando Julgamento | Aguardando Julgamento |
| 3947-4 | Art. 4º e anexo da Resolução nº 23 , de 12 de dezembro de 1996, do Conselho Nacional de Meio Ambiente - CONAMA . | Os resíduos inertes não estão sujeitos a restrições de importação . | Prejudicada | Decisão Monocrática – Prejudicada (Decisão: 17/04/2013) Publicado: 23/04/2013 |
| 3945-8 | Parágrafo único do art. 56, da Constituição do Estado do Paraná , acrescentado ao texto constitucional paranaense por força da Emenda Constitucional | As deliberações da Assembleia Legislativa e suas comissões serão tomadas por maioria de votos . | Prejudicada | Decisão Monocrática – Não Conhecido (Decisão: 21/08/2015) Publicado: 26/08/2015 |

| | | | | |
|--------|--|--|--|---|
| | nº 17, de 08 de novembro de 2006. | | | |
| 3939-3 | Caput do art. 41 da Portaria nº 35 , de 24 de novembro de 006, da Secretaria de Comércio Exterior , órgão do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. | Licença de importação de pneumáticos recauchutados e usados . | Prejudicada | Decisão Monocrática – Prejudicada (Decisão: 24/06/2010) Publicado: 01/07/2010 |
| 3938-5 | Art. 47 - A, do Decreto Presidencial nº 3179 , de 1999, inserido pelo Decreto nº 3919, de 2001. | Multa em caso de importação de pneu usado ou reformado . | Prejudicada | Decisão Monocrática – Extinto o Processo (Decisão: 23/02/2018) Publicado: 05/03/2018 |
| 3936-9 | Art. 2º, da Lei nº 10689 , de 23 de dezembro de 1993, do Estado do Paraná, e nos incisos XXXII e XXXIII, e §§36, 37 e 38, todos do art. 50 do Regulamento do ICMS do Estado do Paraná (Decreto Estadual nº 5141, de 2001), acrescentados pelo Decreto Estadual nº 986 , de 22 de junho de 2007. | Concessão de benefícios fiscais de ICMS . | Deferida (Plenário: 19/09/2007) Publicado: 09/11/2007 | Aguardando Julgamento |
| 3912-1 | Arts. 19, VII; 81; 82; 86; 87; 90; e 92, todos do Regimento Interno do Conselho Nacional do Ministério Público . | Processo disciplinar contra membro do Ministério Público e servidores . | Prejudicada | Decisão Monocrática – Negado Seguimento (Decisão: 16/07/2007) Publicado: 02/08/2007 |
| 3885-1 | Lei Estadual nº 15227 , de 25 de julho de 2006, editado pelo Estado do Paraná, publicada no Diário Oficial nº 7276, de 26 de julho de 2006. | Garrações de água reutilizáveis poderão ser usados por empresas concorrentes. | Prejudicada | Prejudicada (Plenário: 06/06/2013) Publicado: 28/06/2013 |
| 3837-1 | Art. 4º, §1º, da Lei Complementar nº 63 , de 11 de janeiro de 1990. | Crêterios e prazos de crêdito das parcelas do produto da arrecadação de impostos de competência dos Estados e de transferências aos municípios. | Aguardando Julgamento | Aguardando Julgamento |

| | | | | |
|--------|--|---|-----------------------|--|
| 3815-0 | Arts. 38, §3º; 138, inciso I; 140, inciso II, §§4º e 5º, da Lei Complementar nº 113 , de 15 de dezembro de 2005, do Estado do Paraná. | Dispõe sobre a Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Paraná . | Aguardando Julgamento | Aguardando Julgamento |
| 3803-6 | Lei nº 15182 , de 30 de junho de 2006, do Estado do Paraná. | Concede redução de cálculo de base do cálculo do ICMS nas operações que especifica. | Prejudicada | Procedente em Parte (Plenário: 01/06/2011) Publicado: 21/09/2011 |
| 3796-0 | Lei Estadual nº 15054 , publicada no Diário Oficial do Estado do Paraná em 24 de abril de 2006. | Dispõe sobre questões relativas à administração tributária do ICMS . | Prejudicada | Procedente (Plenário: 08/03/2017) Publicado: 01/08/2017 |
| 3794-3 | Arts. 6º, 7º e 8º, da Lei Complementar nº 93 , de 06 de novembro de 2001, do Estado do Mato Grosso do Sul. | Institui o Programa Estadual de Fomento à Industrialização, ao Trabalho, ao Emprego e à Renda e dá outras providências. | Prejudicada | Procedente em Parte (Plenário: 01/06/2011) Publicado: 01/08/2011 |
| 3790-1 | Lei nº 14999 , de 26 de janeiro de 2006, publicada em 09 de fevereiro de 2006, do Estado do Paraná. | Faculta a utilização do limite de importação não esgotado nos critérios da Lei nº 13971/2002. | Prejudicada | Decisão Monocrática – Indeferida Inicial (Decisão: 11/09/2006) Publicado: 15/09/2006 |
| 3789-7 | Lei nº 15003 , de 26 de janeiro de 2006, do Estado do Paraná. | Nomenclatura Brasileira de Mercadorias (acrescenta letra Z). | Prejudicada | Decisão Monocrática – Negado Seguimento (Decisão: 06/08/2013) Publicado: 14/08/2013 |
| 3770-6 | Art. 2º e 4º da Lei nº 7257 , de 30 de novembro de 1979, com a redação que lhe deu a Lei nº 9174 , de 09 de dezembro de 1989. | Legislação tributária relativa à taxa de segurança . | Prejudicada | Improcedente (Plenário: Sessão Virtual de 06/09/2019 a 12/09/2019) Publicado: 26/09/2019 |
| 3769-2 | Art. 15 da Lei nº 9227 , de 17 de abril de 1990, do Estado do Paraná. | Dispõe sobre a obrigatoriedade dos responsáveis por estabelecimentos de hospedagem registrar-se em órgãos policiais . | Aguardando Julgamento | Aguardando Julgamento |
| 3767-6 | Lei Complementar nº 116 , de 30 de junho de 2006, do Estado do Paraná. | Quotas de produtividade devidas aos auditores fiscais , constituem parcela de remuneração e proventos de aposentadoria . | Prejudicada | Procedente (Plenário: 08/03/2018) Publicado: 21/03/2018 |

| | | | | |
|--------|--|---|-----------------------|---|
| 3757-9 | Lei nº 14808 , de 28 de julho de 2005, do Estado do Paraná. | Assegura aos estabelecimentos de ensino superior , a organização de centros acadêmicos e diretórios . | Prejudicada | Procedente em parte (Plenário: 17/10/2018) Publicado: 24/10/2018 |
| 3749-8 | Lei Estadual nº 15118 , de 12 de maio de 2006, do Estado do Paraná, publicada no Diário Oficial do Estado do Paraná de 12 de maio de 2006. | Piso salarial para o Estado do Paraná. | Prejudicada | Decisão Monocrática – Prejudicada (Decisão: 05/08/2011) Publicado: 10/08/2011 |
| 3748-0 | Parágrafo único do art. 6º; incisos I ao IV do art. 9º; e dos incisos II e III do art. 11; todos da Lei Estadual nº 14594 , publicada em 23 de dezembro de 2004; e do inciso I, do art. 64, do Acórdão nº 9911, do Conselho Superior da Magistratura do Estado do Paraná . | Estabelece normas e critérios para concursos de remoção nos serviços notariais e de registro . | Aguardando Julgamento | Aguardando Julgamento |
| 3739-1 | Lei nº 15000 , de 26 de janeiro de 2006, publicada no DOE de 09 de fevereiro de 2006, do Estado do Paraná. | Dispensa de parte da jornada de trabalho a servidora responsável por pessoa deficiente . | Prejudicada | Procedente (Plenário: 17/05/2007) Publicado: 29/06/2007 |
| 3717-0 | Lei nº 10236 , de 28 de dezembro de 1992, do Estado do Paraná. | Institui a taxa de segurança preventiva , cria o Fundo de Modernização da Polícia Militar . | Aguardando Julgamento | Aguardando Julgamento |
| 3690-4 | Lei nº 14970 , de 21 de dezembro de 2005, do Estado do Paraná. | Proíbe utilização de catracas eletrônicas nos veículos de transporte coletivo. | Prejudicada | Decisão Monocrática – Prejudicada (Decisão: 26/11/2015) Publicado: 10/12/2015 |
| 3664-5 | Dispositivos inseridos no Decreto nº 28104 , 10 de abril de 2001, que alterou o Regulamento do ICMS do Estado do Rio de Janeiro (arts. 36, parágrafo único e 40 do Decreto nº 27427, de 17 de novembro de 2000). | Altera o Regulamento do ICMS – refino do sal para alimentação e produção de carbonato de sódio. | Prejudicada | Procedente (Plenário: 01/06/2011) Publicado: 21/09/2011 |

| | | | | |
|--------|--|---|-----------------------|--|
| 3645-9 | Lei Estadual nº 14861 , de 26 de outubro de 2005, publicada no Diário Oficial de 27 de outubro de 2005. | Regulamenta o direito à informação quanto aos alimentos e ingredientes alimentares que sejam produzidos a partir de organismos geneticamente modificados . | Prejudicada | Procedente (Plenário: 31/05/2006) Publicado: 01/09/2006 |
| 3616-5 | Lei nº 12058 , de 26 de setembro de 2005, do Estado do São Paulo. | Institui isenções de ICMS . | Prejudicada | Decisão Monocrática – Prejudicada (Decisão: 03/08/2009) Publicado: 07/08/2009 |
| 3614-9 | Decreto nº 1557 , do Estado do Paraná. | Município que a Polícia Civil não contar com Delegado de Polícia , o atendimento deverá ser prestado por Subtenente ou Sargento da Polícia Militar. | Prejudicada | Procedente (Plenário: 20/09/2007) Publicado: 23/11/2007 |
| 3612-2 | Lei nº 14832 , de 22 de setembro de 2005, do Estado do Paraná. | Fica transformada em autarquia a EMATER sob a denominação de Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural EMATER/PR. | Aguardando Julgamento | Aguardando Julgamento |
| 3607-6 | Arts. 218 a 226 do RICMS /SC (Decreto nº 2870 , de 2001) introduzidos pelo Decreto nº 1721 , de 30 de abril de 2004, do Estado de Santa Catarina. | Institui o " Programa de Modernização e Desenvolvimento Econômico, Tecnológico e Social de Santa Catarina - COMPEX ". | Prejudicada | Decisão Monocrática – Prejudicada (Decisão: 04/12/2006) Publicado: 15/12/2006 |
| 3588-6 | Decretos nºs 15294 , de 2001 e 15439 , de 2001, que alteraram o Regulamento do ICMS do Estado do Rio Grande do Norte . | Regulamento do ICMS do Estado do Rio Grande do Norte. | Prejudicada | Decisão Monocrática – Extinto o Processo (Decisão: 13/05/2010) Publicado: 21/05/2010 |
| 3583-5 | Art. 1º, e da expressão "e derivados de petróleo produzidos no Estado do Paraná", inscrita no parágrafo único do mesmo dispositivo, da Lei nº 13571 , de 22 de maio de 2002, do Estado do Paraná, que alterou a redação do art. 1º da Lei Estadual nº 12204 , de 1998. | Derivados de petróleo produzidos no Estado do Paraná. | Sem Liminar | Procedente em parte (Plenário: 21/02/2008) Publicado: 14/03/2008 |

| | | | | |
|--------|---|--|--|--|
| 3564-9 | Lei Complementar nº 109 , de 23 de junho de 2005. | Ação regressiva contra agentes públicos deverá ser promovida pela PGE . | Deferida (Plenário: 26/10/2005) Publicado: 05/06/2006 | Procedente (Plenário: 13/08/2014) Publicado: 09/09/2014 |
| 3554-1 | Lei nº 14590 , de 22 de dezembro de 2004, do Estado do Paraná. | Enquadramento de ocupantes e cargos do Instituto Agrário do Paraná | Aguardando Julgamento | Aguardando Julgamento |
| 3547-9 | Lei nº 14582 , de 22 de dezembro de 2004, do Estado do Paraná. | Dispõe sobre o uso das florestas e demais vegetações nativas consideradas reserva legal e devem representar 0,20%. | Deferida em parte (Plenário: 12/06/2018) Publicado: 18/06/2018 | Decisão Monocrática - Extinto o Processo (Decisão: 29/10/2018) Publicado: 05/11/2018 |
| 3544-4 | Art. 1º, da Resolução sem número , veiculada pelo Acórdão nº 9768 , com redação dada pelo Acórdão nº 9846 , do Conselho da Magistratura do Tribunal de Justiça do Paraná . | Os magistrados poderão exercer atividade noturna e aos sábados o cargo de magistério . | Prejudicada | Procedente (Plenário: 30/06/2017) Publicado: 08/08/2017 |
| 3530-4 | Art. 60, §1º, II, "b", do Decreto nº 2870 , de 2001, com as alterações promovidas pelos Decretos nºs 1081 , de 2003, 1348 , de 2004 e 1519 , de 2004. | Recolhimento de imposto até décimo dia após encerramento do período de apuração. | Prejudicada | Decisão Monocrática – Prejudicado (Decisão: 04/06/2012) Publicado: 12/06/2012 |
| 3521-5 | Arts. 42 e 43 da Lei Complementar Estadual nº 94 , de 23 de julho de 2002, com a redação alterada pela Lei Complementar Estadual nº 95 , 09 de setembro de 2002. | Os instrumentos de delegação da prestação de serviços públicos de competência da AGÊNCIA , submetem-se ao seu poder de regulação e fiscalização. | Prejudicada | Procedente em Parte (Plenário: 28/09/2006) Publicado: 16/03/2007 |
| 3517-7 | Expressão "Falências e Concordatas", constante dos arts. 119, III; 254, alínea "g" e 233, alínea "a", assim como em face dos arts. 74; 261; 288, incisos V, VII, VIII e IX e 295, todos da Lei nº 14277 , de 30 de dezembro de 2003. | Dispõe sobre o Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Paraná. | Prejudicada | Procedente em Parte (Plenário: 17/10/2018) Publicado: 26/10/2018 |

| | | | | |
|--------|---|---|-----------------------|---|
| 3485-5 | Arts. 10 e 11, da Lei Estadual nº 12358 , de 18 de dezembro de 1998, do Estado do Paraná. | Dispõe sobre o concurso para ingresso nos serviços notariais e de registro . | Prejudicada | Decisão Monocrática – Prejudicado (Decisão: 07/06/2005) Publicado: 13/06/2005 |
| 3476-6 | Lei nº 14590 , de 22 de dezembro de 2004, e do Decreto nº 4306 , de 10 de fevereiro de 2005. | Enquadramento de ocupantes e cargos do Instituto Agrário do PR . | Prejudicada | Decisão Monocrática – Negado Seguimento (Decisão: 23/06/2005) Publicado: 29/06/2005 |
| 3422-7 | Inciso I e §1º do art. 2º e alínea "b", do art. 004º, da Lei nº 13214 , de 29 de junho de 2001, do Estado do Paraná. | Altera legislação relativa ao ICMS . | Prejudicada | Procedente (Plenário em 10/11/2006) Publicado: 15/06/2007 |
| 3421-9 | Lei Estadual nº 14586 , de 28 de dezembro de 2004, do Estado do Paraná. | Proíbe cobrança de ICMS nos serviços públicos estaduais a igrejas e templos. | Prejudicada | Improcedente (Plenário em 05/05/2010) Publicado: 28/05/2010 |
| 3410-3 | Decreto nº 43891 , de 2004, que alterou o Regulamento do ICMS do Estado de Minas Gerais (Decreto nº 43080, de 13 de dezembro de 2002). | Altera o Regulamento do ICMS . | Prejudicada | Improcedente (Plenário em 22/11/2006) Publicado: 08/06/2007 |
| 3273-9 | Arts. 26, caput e seu §3º; art. 28, I e II; 37, I e Parágrafo único; 43, II e parágrafo único; 51, parágrafo único e art. 60 da Lei nº 9478 , de 06 de agosto de 1997. | Dispõe sobre a política energética nacional , atividades relativas ao monopólio do petróleo e institui o Conselho Nacional de Política Energética e Agência Nacional do Petróleo . | Prejudicada | Improcedente (Plenário em 16/03/2005) Publicado: 02/03/2007 |
| 3264-0 | Arts. 120, 122, 192, 195, 197, 235 e 240, todos da Lei Estadual nº 14277 , de 30 de dezembro de 2003, Estado do Paraná. | Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Paraná (CODJ/PR) – Agentes Delegados do Foro Extrajudicial . | Aguardando Julgamento | Aguardando Julgamento |
| 3253-4 | Lei nº 14351 , de 10 de março de 2004 na parte em que inseriu o art. 299 na Lei Estadual nº 14277 . | Remoção de agente delegado com aprovação do Conselho da Magistratura (CODJ-PR). | Prejudicada | Procedente (Plenário em 23/02/2011) Publicado: 24/05/2011 |

| | | | | |
|---------|--|--|---|--|
| 3248-8 | Art. 299, da Lei nº 14351 , de 10 de março de 2004. | Remoção de agente delegado com aprovação do Conselho da Magistratura (CODJ-PR). | Prejudicada | Procedente (Plenário em 23/02/2011) Publicado: 24/05/2011 |
| 3220-8 | Lei Complementar Estadual nº 102 , de 10 de março de 2004. | Altera a Lei Orgânica do Ministério Público do Estado do Paraná. | Indeferida (Plenário em 10/03/2005) Publicado: 06/05/2005 | Decisão Monocrática – Extinto o Processo (Decisão: 28/06/2017) Publicado: 01/08/2017 |
| 3210-1 | Leis 9198 , de 18 de janeiro de 1990, exceto os artigos 6º e 7º, e Lei nº 10827 , de 06 de junho de 1994, do Estado do Paraná. | Contratação excepcional de servidores em caso de interesse pela Administração Pública. | Sem liminar | Procedente (Plenário em 11/11/2004) Publicado: 03/12/2004 |
| 3075-2L | Lei nº 14235 , de 2003, do Estado do Paraná. | Proíbe a exclusividade de Instituição bancária no sistema de contas e arrecadação aos tributos estaduais sem respectivo processo licitatório . | Deferida (Plenário: 19/12/2003) Publicado: 18/06/2004 | Procedente (Plenário: 24/09/2014) Publicado: 05/11/2014 |
| 3071-0 | Art. 2º, §3º da Resolução nº 4 , de 2000, do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná. | Na promoção de magistrados se não for o caso de antiguidade, será publicado edital de promoção por merecimento. | Prejudicada | Decisão Monocrática – Prejudicada (Decisão: 14/06/2010) Publicado: 21/06/2010 |
| 3055-8 | Lei nº 11766 , de 04 de julho de 1997, publicada no Diário Oficial do Estado do Paraná na data de 17 de julho de 1997. | Obrigatório transitar com os faróis acesos nas rodovias estaduais . | Sem liminar | Procedente (Plenário: 24/11/2005) Publicado: 03/02/2006 |
| 3054-0 | Arts. 1º, 2º e 5º, da Lei Estadual nº 14162 , publicada no Diário Oficial do Estado do Paraná em 27 de outubro de 2003 do Estado do Paraná. | Veda cultivo, manipulação, importação (...) e financiamento rural de organismos geneticamente modificados (transgênicos) . | Prejudicada | Procedente (Plenário: 06/04/2005) Publicado: 14/10/2005 |
| 3042-6 | Art. 16, inciso V, Alíneas "a" e "l", da Constituição Estadual do Paraná . | Número de vereadores deverá ser proporcional a população do município. | Aguardando Julgamento | Aguardando Julgamento |
| 3035-3 | Lei Estadual nº 14162 , de 27 de outubro de 2003 do Estado do Paraná. | Veda cultivo, manipulação, importação (...) e financiamento rural de organismos geneticamente modificados (transgênicos) . | Deferida (Plenário: 10/12/2003) Publicado: 12/03/2004 | Procedente (Plenário: 06/04/2005) Publicado: 14/10/2005 |

| | | | | |
|--------|---|--|-----------------------|--|
| 2963-1 | Lei Estadual nº 10020, de 02 de julho de 1992. | Limite de remuneração dos servidores do Poder Judiciário. | Prejudicada | Decisão Monocrática – Prejudicada (Decisão: 02/09/2003) Publicado: 10/09/2003 |
| 2953-3 | Arts. 10, §2º; 15, §3º e art. 17, §5º da instrução normativa nº 01/2003 do Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região - PR. | Revoga a Instrução Normativa nº 01/1999 e regulamenta a requisição de valores devidos pela Fazenda Pública e o procedimento de sequestro. | Prejudicada | Decisão Monocrática – Prejudicada (Decisão: 13/08/2014) Publicado: 19/08/2014 |
| 2945-2 | Lei Estadual nº 13757, de 09 de setembro de 2002 e Lei Estadual nº 13803, de 23 de setembro de 2002. | Quadro próprio do Poder Executivo do Estado do Paraná – QPPE, composto pelos atuais Funcionários Públicos Cíveis da Administração Direta e Autárquica – Carreira de Agente Fazendário Estadual – AFE. | Aguardando Julgamento | Aguardando Julgamento |
| 2944-4 | Arts. 9º e 10, da Lei Estadual nº 13667, de 05 de julho de 2002. | Institui quadro próprio do Poder Executivo do Estado do Paraná em substituição ao Quadro Geral do Estado. | Prejudicada | Procedente (Plenário: 30/06/2011) Publicado: 19/09/2011 |
| 2926-6 | Lei Complementar nº 98, de 12 de maio de 2003 e Lei Complementar nº 89, de 25 de julho de 2001 do Estado do Paraná e art. 33, §9º da Constituição do Estado. | Altera dispositivos do Estatuto da Polícia Civil. | Prejudicada | Aguardando o Julgamento |
| 2904-5 | Incisos I, alíneas "a" e "b", II e III do art. 176, da Lei Complementar nº 14, de 26 de maio de 1982, com a nova redação dada pelo art. 1º, da Lei Complementar nº 93, de 15 de julho de 2002, ambas do Estado do Paraná. | Contagem de tempo para fins de aposentadoria. | Prejudicada | Procedente (Plenário: 15/04/2009) Publicado: 25/09/2009 |
| 2844-8 | Artigo 1º e do seu parágrafo 1º, da Lei nº 12909, de 23 de abril de 2000, do Estado do Paraná. | Incluir no edital de venda do Banestado , manutenção de exclusividade das contas de depósito do sistema de arrecadação dos tributos estaduais (...). | Prejudicada | Decisão Monocrática – Extinto o Processo (Decisão: 19/12/2014) Publicado: 03/02/2015 |

| | | | | |
|--------|--|--|-----------------------|---|
| 2832-4 | Lei nº 13519 do Estado do Paraná. | Torna obrigatória informações no rótulo de embalagens de café comercializadas no Estado. | Prejudicada | Procedente em Parte (Plenário: 07/05/2008) Publicado: 20/06/2008 |
| 2791-3 | Parágrafo 1º, do art. 34, da Lei Estadual nº 12398/98 , alterado pela Lei Estadual nº 12607 , de 08 de julho de 1999. | Cria o Sistema de Seguridade Funcional do Estado do Paraná, transforma o IPE em PARANAPREVIDÊNCIA . | Prejudicada | Procedente (Plenário: 16/08/2006) Publicado: 24/11/2006 |
| 2790-5 | Lei Estadual nº 13755 , publicada em 16 de setembro de 2002. | Veda cobrança de tarifa mínima pelas concessionárias de serviço público sem a correspondente prestação do serviço. | Aguardando Julgamento | Aguardando Julgamento |
| 2722-1 | Art. 3º, “caput”, I, II e III, §1º; art. 4º, §2º; art. 7º, todos dispositivos da Lei nº 13670 , de 05 de julho de 2002. | Institui o Programa de Incentivo ao produtor de Algodão - ICMS . | Prejudicada | Procedente (Plenário: 22/11/2006) Publicado: 19/12/2006 |
| 2702-6 | Lei nº 12949 , de 25 de setembro de 2000, do Estado do Paraná. | Divisa de municípios (Moreira Sales). | Prejudicada | Procedente (Plenário: 05/11/2003) Publicado: 06/02/2004 |
| 2697-6 | Lei nº 13463 , de 11 de janeiro de 2002, publicada em 14 de janeiro de 2002. | Proíbe venda de bebidas alcoólicas em estabelecimentos revendedores de combustíveis, localizados em perímetros urbanos (postos de gasolina). | Prejudicada | Decisão Monocrática – Prejudicada (Decisão: 31/03/2004) Publicado: 12/04/2004 |
| 2696-8 | Lei nº 13611 , de 04 de junho de 2002. | Dispõe sobre tabelas do regimento dos atos judiciais e adota outras providências. | Prejudicada | Improcedente (Plenário: 15/12/2016) Publicado: 14/03/2017 |
| 2694-1 | Art. 2º e parágrafo único do Decreto nº 5003 , de 12 de novembro de 2001; e art. 1º, caput e §§1º, 2º e 3º, art. 2º, caput e §§1º e 3º, do Decreto nº 5154 , de 17 de dezembro de 2001, ambos do Estado do Paraná. | Precatórios judiciais pendentes para pagamento. | Prejudicada | Decisão monocrática Prejudicada (Decisão: 05/11/2008) Publicado: 11/11/2008 |

| | | | | |
|--------|--|---|-----------------------|---|
| 2688-7 | Art. 2º, da Lei Estadual nº 13561 , de 27 de maio de 2002. | Auxílio transporte a Polícia Civil e Militar – isenção de ICMS na aquisição de veículo popular. | Prejudicada | Procedente (Plenário: 01/06/2011) Publicado: 26/08/2011 |
| 2647-0 | Lei nº 13436 , de 11 de janeiro de 2002, e do Decreto nº 5267 , de 2002, ambos do Estado do Paraná. | Disponibiliza ao Poder Executivo, valores de depósitos judiciais , de valores referentes a tributos estaduais. | Aguardando Julgamento | Aguardando Julgamento |
| 2644-5 | Lei Estadual nº 13279 , de 11 de outubro de 2001 . | Ficam fixadas no valor de 20% do valor do automóvel, as multas impostas pelo DETRAN/PR. | Prejudicada | Procedente (Plenário: 07/08/2003) Publicado: 29/08/2003 |
| 2639-9 | Emenda Constitucional nº 14 , de 10 de dezembro de 2001. | Os terceiros de boa fé serão indenizados por prejuízos materiais, advindos de ato de exceção ocorrido no período revolucionário. | Prejudicada | Procedente (Plenário: 08/02/2006) Publicado: 04/08/2006 |
| 2618-6 | Provimento nº 34 , de 28 de dezembro de 2000, da Corregedoria-Geral da Justiça do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná. | A autoridade policial que tomar conhecimento da ocorrência lavrará termo circunstanciado , para agendamento de audiência nos Juizados Especiais. | Prejudicada | Decisão Monocrática – Negado Seguimento (Decisão: 03/05/2002) Publicado: 14/05/2002 |
| 2616-0 | Emenda Constitucional nº 10 , de 16 de outubro de 2001, com nova redação aos artigos 46 e 50 da Constituição Estadual. | A segurança pública é composta pelos seguintes órgãos: Polícia Civil, Militar e Científica. | Prejudicada | Procedente (Plenário: 19/11/2014) Publicado: 10/02/2015 |
| 2575-9 | Constituição do Estado do Paraná , com redação dada pela Emenda Constitucional nº 10 , de 16 de outubro de 2001. | A segurança pública é composta pelos seguintes órgãos: Polícia Civil, Militar e Científica. | Prejudicada | Decisão Monocrática – Prejudicada (Decisão: 20/02/2003) Publicado: 28/02/2003 |
| 2572-4 | Lei nº 13132 , publicada no Diário Oficial do Estado do Paraná, em 27 de abril de 2001. | Reserva de assento sem salas de projeções, teatros, cinemas e transporte coletivo para pessoas obesas. | Aguardando Julgamento | Aguardando Julgamento |
| 2552-0 | Lei nº 1253 , de 21 de dezembro de 1995 e Lei nº 12355 , de 08 de dezembro de 1998. | Autoriza o Governador do Estado a alienar ações da COPEL. | Prejudicada | Decisão Monocrática – Extinto Processo (Decisão: 27/11/2001) Publicado: 19/12/2001 |

| | | | | |
|--------|---|--|---|--|
| 2548-1 | Art. 2º, I, II e §2º, §1º, art. 4º, §1º c/c art. 2º da Lei 13212 , de 29 de junho de 2001 e art. 2º, I, II e §2º, art. 3º, I, II, IV, art. 4º, "a", "b", art. 5º, da Lei nº 13214 , de 29 de junho de 2001. | Imposto incidente sobre as saídas sucessivas de aves vivas com destino a outro estado, exterior e consumidor. | Prejudicada | Procedente (Plenário: 10/11/2006) Publicado: 15/06/2007 |
| 2529-5 | Arts. 4º e 6º da Lei Estadual nº 13133 , de 16 de abril de 2001. | Cria o Programa de Incentivo à Cultura e recursos com que contará. | Sem liminar | Procedente (Plenário: 14/06/2007) Publicado: 06/09/2007 |
| 2493-1 | Inconstitucionalidade por Omissão do art. 25 e 37, X da Constituição Federal . | Remunerações de servidores somente poderão ser alterados por lei específica. | Sem liminar | Procedente (Plenário: 19/12/2001) Publicado: 22/03/2002 |
| 2483-3 | Art. 77, §2º, inciso I da Constituição do Estado do Paraná , com a redação que lhe foi conferida pela Emenda Constitucional nº 9 , de 13 de junho de 2001. | Dispõe sobre a escolha de conselheiros do Tribunal de Contas . | Deferida (Plenário: 02/10/2002) Publicado: 21/02/2003 | Procedente (Plenário: Sessão Virtual de 06/09/2019 a 12/09/2019) Publicado: 30/09/2019 |
| 2477-9 | Arts. 1º, 2º e 4º da Lei nº 13132 , de 27 de abril de 2001, do Estado do Paraná. | Reserva de assento sem salas de projeções, teatros, cinemas e transporte coletivo para pessoas obesas . | Indeferida (Plenário: 25/04/2002) Publicado: 24/10/2013 | Aguardando Julgamento |
| 2453-1 | A expressão "por qualquer tempo" contida nos arts. 54, X e 86, caput da Constituição do Estado do Paraná , com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 7 , 24 de abril de 2000. | Compete a Assembleia Legislativa conceder licença e autorizar o Governador e Vice-Governador a se ausentarem do País . | Deferida (Plenário: 07/06/2001) Publicado: 24/08/2001 | Procedente (Plenário: 03/04/2014) Publicado: 02/05/2014 |
| 2431-1 | Arts. 53 e 106, do Livro I; art. 013 do anexo II; arts. 9º e 10 do anexo III, todos do Decreto nº 45490 , de 30 de novembro de 2000. | Aplica-se alíquota de 7% nas operações internas dos produtos indicados – ICMS . | Prejudicada | Decisão Monocrática – Prejudicado (Decisão: 01/02/2007) Publicado: 07/02/2007 |
| 2427-2 | Lei nº 10818 , de 25 de maio de 1994 e a Lei nº 10704 , de 10 de | Cargos em Comissão de Assistente de Segurança Pública. | Deferida (Plenário: 20/06/2001) Publicado: 08/08/2003 | Procedente (Plenário em 30/08/2006) Publicado: 10/11/2006 |

| | | | | |
|--------|---|---|---|---|
| | janeiro de 1994, ambas do Estado do Paraná. | | | |
| 2426-4 | Artigos 1º e 5º, caput e incisos; 3º, § único e incisos e art. 7º, § único do Ato 158 da Procuradoria Geral de Justiça do Estado do Paraná. | Instituir na Comarca de Curitiba a Promotoria Especializada de Controle Externo da Atividade Policial. | Prejudicada | Decisão Monocrática – Negado Seguimento (Decisão: 16/05/2001) Publicado: 28/05/2001 |
| 2355-1 | Lei Estadual nº 12690 , de 18 de outubro de 1999, do Estado do Paraná. | Dispõe que os municípios aplicarão 50% do ICMS nas áreas indígenas. | Deferida (Plenário: 19/06/2002) Publicado: 29/06/2007 | Aguardando Julgamento |
| 2319-5 | Art. 116, caput, §2º, art. 118, I, “F”, da Constituição do Estado do Paraná c/c arts. 10, §1º e 16, §§ 2º e 3º, da Lei Complementar nº 85 , de 27 de dezembro de 1999. | O Ministério Público tem por chefe o Procurador Geral da Justiça , nomeado pelo Governador, após aprovação da Assembleia Legislativa. | Deferida (Plenário: 01/08/2001) Publicado: 09/11/2001 | Decisão Monocrática – Prejudicada (Decisão: 26/02/2003) Publicado: 10/03/2003 |
| 2309-8 | Art. 77, §2º, incisos I e II, da Constituição do Estado do Paraná , alterado pela Emenda Constitucional nº 7 , de 24 de abril de 2000. | Dispõe sobre a escolha de conselheiros do Tribunal de Contas. | Prejudicada | Prejudicado (Plenário em 13/12/2001) Publicado: 06/02/2002 (Circulou em 08/02/2002) |
| 2276-8 | Resolução nº 382 , de 24 de abril de 2000, do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná . | Divulgação de voto eletrônico será através de urna eletrônica oficial de propriedade da Justiça Eleitoral. | Prejudicada | Decisão Monocrática – Prejudicada (Decisão: 03/11/2000) Publicado: 13/11/2000 |
| 2242-3 | Art. 93, inciso VI, da Constituição Federal. | Aposentadoria de magistrados e pensão de seus descendentes. | Prejudicada | Não conhecido (Plenário: 07/02/2001) Publicado: 19/12/2003 |
| 2208-3 | Art. 54, XVII e XIX, "a"; art. 77, §§1º, 2º, incisos I e II, e 5º; art. 87, XV e XVII, da parte permanente; e art. 53, parágrafo único do ADCT . Todos da Constituição do Estado do Paraná , na redação dada pela | Escolha de conselheiros do Tribunal de Contas compete privativamente a Assembleia Legislativa. | Deferida (Plenário: 13/12/2001) Publicado: 08/03/2002 | Procedente em Parte (Plenário: 19/05/2004) Publicado: 25/06/2004 |

| | | | | |
|---------------|---|--|--|--|
| | Emenda nº 7 , de 28 de abril de 2000. | | | |
| 2189-3 | Art. 28, I, caput do art. 78, § 1º, alíneas "b" e "c", da Lei 12.398 , de 30 de dezembro de 1998, do estado do Paraná. | Inconstitucionalidade das expressões "inativos" e "da reserva remunerada e reformados e dos respectivos pensionistas " contidas no art. 28, I, da expressão "e pensionistas" contida no caput do art. 78, bem como do § 1º, alíneas "b" e "c", da Lei 12.398, de 30 de dezembro de 1998, do estado do Paraná. | Deferida (Plenário: 04/05/2000) Publicado: 09/06/2000 | Procedente (Plenário: 15/09/2010) Publicado: 16/12/2010 |
| 2166-4 | Decreto nº 3708 , de 31 de outubro de 1997. | Estabelecimentos importadores poderão ser enquadrados nos incentivos fiscais do Regulamento do ICMS . | Prejudicada | Decisão Monocrática – Negado Seguimento (Decisão: 05/06/2002) Publicado: 11/06/2002 |
| 2158-3 | Artigos 28, I, 69, I, 78, I e II e § 1º, "b" e "c", e 79, todos da Lei nº 12398 , de 30 de dezembro de 1998, com as modificações determinadas pela Lei nº 12556 , de 25 de maio de 1999, e dos artigos 1º, 2º, 3º, 4º, I e II, 5º, §§2º e 3º, 6º, 7º e 12 do Decreto nº 721 , de 11 de maio de 1999, todos do Estado do Paraná. | Cria o Sistema de Seguridade Funcional do Estado do Paraná PARANAPREVIDÊNCIA . | Deferida em Parte (Plenário: 30/06/2000) Publicado: 01/09/2000 | Procedente em Parte (Plenário: 15/09/2010) Publicado: 16/12/2010 |
| 2155-9 | <ul style="list-style-type: none"> - Artigo 15, III, " d “; - Artigo 51, IV, §§ 3º e 4º; - Artigo 51, V e § 5º; - Artigo 51, XV e § 15; - Artigo 51, XVI e § 15, item 6 da Tabela I do Anexo II; - Artigo 51, XVII e § 16; - Artigo 54, inciso I; - Artigo 57, §1º; - Artigo 78; - Artigo 92-A; - Artigo 572 a 584; - Item 78 do Anexo I; | Alterações no Regulamento do ICMS . | Deferida em Parte (Plenário: 15/02/2001) Publicado: 01/06/2001 | Decisão Monocrática – Prejudicada (Decisão: 04/06/2001) Publicado: 11/06/2001 (Circulou em 18/06/2001) |

| | | | | |
|---------------|---|--|--|---|
| | <ul style="list-style-type: none"> - Item 6 da Tabela I do Anexo II; - Item 7 da Tabela I do Anexo II; - Item 10 da Tabela II do Anexo II; - Item 17 - A da Tabela I do Anexo II; - Item 22 da Tabela I do Anexo II do Decreto 2736 de cinco de novembro de 1996. | | | |
| 2143-5 | Inciso VII do artigo 3º da Lei nº 12216 , de 15 de julho de 1998, com redação trazida pela Lei nº 12604 , de 02 de julho de 1999, do Estado do Paraná. | Cria o FUNREJUS. Valor de 0,2% sobre o valor do título do imóvel ou da obrigação nos atos praticado pelos Cartórios de Protestos de Títulos, Registros de Imóveis, títulos de Documentos e Tabelionatos. | Prejudicada (Plenário: 01/03/2000) Publicado: 13/03/2000 | Aguardando Julgamento |
| 2097-8 | Decreto nº 1142/99 de 26 de julho de 1999, publicado no DOEPR, em 27 de julho de 1999, especialmente a alteração nº 455ª . | Alterações no Regulamento do ICMS. | Deferida – Decisão Monocrática (Decisão: 13/01/2000) Publicado: 01/02/2000 | Prejudicado (Plenário: 04/05/2000) Publicado: 16/06/2000 |
| 2067-6 | Lei nº 10704 , de 10 de janeiro de 1994, do Estado do Paraná. | Criação de cargos em comissão na Secretaria do Estado da Segurança Pública. | Prejudicada | Não Conhecido (Plenário: 11/05/2000) Publicado: 20/10/2000 |
| 2059-5 | Art. 3º, VII, da Lei 12216 de 15 de julho de 1998, com redação trazida pela Lei nº 12604 , de 02 de julho de 1999, do Estado do Paraná. | Cria o FUNREJUS. Valor de 0,2% sobre o valor do título do imóvel ou da obrigação nos atos praticado pelos Cartórios de Protestos de Títulos, Registros de Imóveis, títulos de Documentos e Tabelionatos. | Indeferida (Plenário: 01/03/2000) Publicado: 21/09/2001 | Improcedente (Plenário: 26/04/2006) Publicado: 09/06/2006 |
| 2042-1 | Art. 1º da Lei Estadual nº 10325 , de 11 de junho de 1999. | Dispõe sobre o regime tributário simplificado da e de pequeno porte no Estado de São Paulo. | Prejudicada | Decisão Monocrática – Negado Seguimento (Decisão: 07/12/1999) Publicado: [Pendente] |
| 2040-4 | Lei 11960 , de 19 de dezembro de 1997. | Tabela de Custas Judiciais. | Deferida em Parte (Plenário: 15/12/1999) Publicado: 25/02/2000 | Aguardando Julgamento |

| | | | | |
|--------|--|--|---|---|
| 1980-5 | Lei nº 12420 , de 13 de janeiro de 1999, do Estado do Paraná. | Assegura ao consumidor obter informações sobre a natureza e procedência e qualidade dos produtos combustíveis comercializados nos postos revendedores do Estado do Paraná. | Indeferida (Plenário: 04/08/1999) Publicado: 25/02/2000 | Improcedente (Plenário: 16/04/2009) Publicado: 07/08/2009 |
| 1963-5 | Lei nº 12354 , de 04 de dezembro de 1998, que deu nova redação ao §1º do artigo 10 da Lei 7051 , de 04 de dezembro de 1978, do Estado do Paraná. | Nomeação de cargos em comissão pelo Chefe do Poder executivo entre funcionários do grupo operacional. | Deferida (Plenário: 18/03/1999) Publicado: 07/05/1999 | Decisão Monocrática – Prejudicada (Decisão: 10/10/2002) Publicado: 17/10/2002 |
| 1958-9 | Lei nº 12420 , de 13 de janeiro de 1999, do Estado do Paraná. | Assegura ao consumidor o direito de obter informações sobre a natureza, procedência e qualidade dos produtos combustíveis comercializados nos postos revendedores situados no Estado do Paraná. | Prejudicada | Decisão Monocrática – Negado Seguimento (Decisão: 04/03/1999) Publicado: 12/03/1999 |
| 1956-2 | Lei nº 12398 de 30 de dezembro de 1998 do Estado do Paraná. | Cria o Sistema de Seguridade Funcional do Estado do Paraná- PARANAPREVIDENCIA . | Aguardando Julgamento | Aguardando Julgamento |
| 1911-7 | Art. 8º da Lei Estadual nº 12214 , de 10 de julho de 1998, na parte que se refere ao Poder Judiciário . | Estabelece limites percentuais da receita geral do Estado, para elaboração de propostas orçamentárias (Poderes Legislativo e Judiciário e Ministério Público) . | Deferida (Plenário: 19/11/1998) Publicado: 12/03/1999 | Decisão Monocrática – Prejudicada (Decisão: 01/08/2002) Publicado: 07/08/2002 |
| 1909-2 | Parágrafos 1º, 3º e da expressão "magistrados, promotores ou procuradores" do §5º, todos do art. 3º da Lei Estadual do Paraná 12317 , de 28 de agosto de 1998, que dispõe sobre o Conselho Penitenciário daquele Estado-membro . | Institui na estrutura do SEJU o Conselho Penitenciário do Estado do Paraná . | Prejudicada | Prejudicado (Plenário: 17/03/1999) Publicado: 25/06/1999 |
| 1864-9 | Lei Estadual nº 11970 , de 19 de setembro de 1997, do Estado do Paraná. Arts. 1º, 3º, I, III, IV, V, 6º, 7º, 11, 15, §1º, II, III, IV, 16, §1º, 17, I, VII, 18, 19, §3º e 22. | Institui o PARANAEDUCAÇÃO . | Prejudicada | Procedente em Parte (Plenário: 08/08/2007) Publicado: 02/05/2008 |

| | | | | |
|--------|--|---|---|---|
| 1784-5 | Lei nº 273, de 23 de março de 1993, do Município de Roncador /Paraná , que dispõe sobre a Previdência Social dos Servidores Municipais e dá outras Providências; e artigos 145, incisos I, II e parágrafo único; artigo 101, inciso III; artigo 100, inciso VIII; parágrafo 6º do artigo 63 da Lei Municipal nº 1 , de 05/04/90, (Lei Orgânica do Município de Roncador/Paraná). | Previdência Social dos servidores municipais. | Prejudicada | Decisão Monocrática – Negado Seguimento (Decisão: 17/02/1998) Publicado: 26/02/1998 |
| 1744-3 | Resolução nº 117 , de 1997, do Senado Federal. | Expedição de certidão pelo Tribunal de Contas. | Prejudicada – Decisão Monocrática (Decisão: 12/12/1997) Publicado: 19/12/1997 | Decisão Monocrática – Prejudicado (Decisão: 30/06/2004) Publicado: 02/08/2004 |
| 1695-2 | Artigo 35, parágrafo 2º, da Constituição do Estado do Paraná e artigo 70, parágrafo 2º, da Lei Estadual nº 10219 , de 1992. | Tempo de serviço público federal, estadual, municipal será computado integralmente para efeitos de aposentadoria e disponibilidade. | Deferida em Parte (Plenário: 30/10/1997) Publicado: 07/08/1998 | Procedente em Parte (Plenário: 03/03/2004) Publicado: 28/05/2004 |
| 1569-9 | Provimento nº 63 , de 19 de dezembro de 1996, do Tribunal Regional Federal da 4ª Região. | Procedimentos investigatórios , relativos a ações praticadas por organizações criminosas poderão ser apreciados nos limites territoriais de cada Seção Judiciária por juízes federais. | Prejudicada | Decisão Monocrática – Prejudicada (Decisão: 01/12/1998) Publicado: 17/12/1998 |
| 1444-7 | Resolução nº 7 , de 1995, do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná. | Estabelecer o Módulo do Valor de Referência (VRC). | Deferida (Plenário: 26/02/1997) Publicado: 29/08/1997 | Procedente (Plenário: 12/02/2003) Publicado: 11/04/2003 |
| 1437-4 | Dispositivos da Lei nº 11189 , de 09 de novembro de 1995, do Estado do Paraná. | Novo modelo de atenção à saúde mental consistirá na gradativa substituição do sistema hospitalocêntrico , por uma rede integrada de variados serviços assistenciais de atenção sanitária e social. | Prejudicada | Decisão Monocrática – Negado Seguimento (Decisão: 03/05/1996) Publicado: 09/05/1996 |
| 1373-4 | Lei nº 9342 , de 19 de julho de 1990, do Estado do Paraná e Resolução nº 3/95 , de 10 de julho | Criação do município de Pontal do Paraná. | Deferida em Parte (Plenário: 30/11/1995) Publicado: 31/05/1996 | Decisão Monocrática – Prejudicado (Decisão: |

| | | | | |
|--------|--|--|--|---|
| | de 1995, da Assembleia Legislativa do mesmo Estado. | | | 04/09/1996) Publicado: 10/09/1996 |
| 1366-1 | Dispositivos do provimento nº 88/93 do Corregedor Geral da Justiça do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná. | Com a declaração de pobreza , as pessoas comprovadamente pobres estarão isentas de custas no registro civil ou averbações de atos relativos a crianças e adolescentes. | Prejudicada | Decisão Monocrática – Não Conhecido (Decisão: 09/08/1996) Publicado: 27/08/1996 |
| 1336-0 | Dispositivos, adiante indicados, da Resolução nº 97 , de 20 de janeiro de 1994, do Procurador-Geral da Justiça do Estado do Paraná. | Instituir na Comarca de Curitiba a Promotoria "DE INVESTIGAÇÃO" Criminal, que vinculada à Coordenadoria das Promotorias Criminais. | Indeferida (Plenário: 11/10/1995) Publicado: 31/10/1996 | Não Conhecido (Plenário: 01/07/1998) Publicado: 16/10/1998 |
| 1327-1 | Decreto Federal nº 1303 , de 08 de novembro de 1994, especialmente o disposto nos artigos 1º e 7º. | Criação de universidades e estabelecimentos isolados de ensino superior. | Prejudicada | Não conhecido (Plenário: 03/08/1995) Publicado: 20/06/1997 |
| 1258-4 | Alteração nº 150 , introduzida pelo artigo 1º do Decreto nº 2665 , de 29 de outubro de 1993, do Governador do Estado do Paraná. | Alterações no Regulamento do ICMS. | Prejudicada | Não conhecido (Plenário: 26/05/1995) Publicado: 20/06/1997 |
| 1246-1 | Artigo 125, parágrafo 2º, inciso II, da Constituição do Estado do Paraná. | Inamovibilidade dos Procuradores do Estado. | Deferida (Plenário: 18/07/1995) Publicado: 01/08/1995 | Procedente (Plenário: 11/04/2019) Publicado: 23/05/2019 |
| 1242-8 | Resolução nº 90 , de 07 de dezembro de 1993, da Secretaria de Saúde do Estado do Paraná. | Aprovar normas para o uso do termo DIET , nos dizeres e rotulagem de alimentos e bebida dietéticas. | Sem liminar | Decisão Monocrática – Negado Seguimento (Decisão: 19/11/2001) Publicado: 18/12/2001 |
| 1195-2 | Alínea "d" do inciso I do artigo 118 da Constituição do Estado do Paraná. | Estabelece a organização das atribuições do Estatuto do Ministério Público. | Deferida (Plenário: 23/02/1995) Publicado: 28/04/1995 | Procedente (Plenário: 02/12/2015) Publicado: 26/02/2016 |
| 1190-1 | Inciso XVIII do artigo 54; incisos I e II, e do 2º do artigo 77; inciso XV do artigo 87 das disposições permanentes, bem como do artigo 53 "caput" e seu parágrafo único | Escolha de conselheiros e auditores do Tribunal de Contas pela Assembleia Legislativa. | Indeferida – Decisão Monocrática (Decisão: 27/09/1995) Publicado: 23/02/1996 | Decisão Monocrática – Prejudicado (Decisão: 22/05/2014) Publicado: 27/05/2014 |

| | | | | |
|---------------|---|--|--|--|
| | do ADCT , todos da Constituição do Estado do Paraná . | | | |
| 1163-4 | Alínea "d" do inciso I do artigo 118 da Constituição do Estado do Paraná . | Estabelece a organização das atribuições do Estatuto do Ministério Público . | Prejudicada (Plenário: 23/02/1995) Publicado: 20/04/1995 | Procedente (Plenário: 02/12/2015) Publicado: 26/02/2016 |
| 1080-8 | Parágrafo 11 do artigo 27 da Constituição do Estado do Paraná , acrescentado pela Emenda Constitucional nº 2 , de 15 de dezembro de 1993. | Nas provas de concurso público não haverá prova oral em caráter eliminatório ou classificatório (Magistratura e Ministério Público). | Deferida (Plenário: 29/06/1994) Publicado: 28/02/2003 | Prejudicado (Plenário: 05/04/2018) Publicado: 13/04/2018 |
| 1048-4 | Inciso IV do artigo 16 da Constituição do Estado do Paraná . | O município será regido por Lei Orgânica , atendidos os princípios estabelecidos pela Constituição Federal. | Prejudicada | Decisão Monocrática – Prejudicado (Decisão: 05/04/2004) Publicado: 16/04/2004 |
| 981-8 | Resolução nº 1 , 18 de novembro de 1993, do Congresso Nacional . | Funcionamento dos trabalhos de revisão constitucional . | Indeferida (Plenário: 17/12/1993) Publicado: 05/08/1994 | Decisão Monocrática – Prejudicado (Decisão: 09/09/2002) Publicado: 17/09/2002 |
| 979-6 | Expressão " auditores ", contida no artigo 54, XVIII; e expressão " e dos auditores ", constantes do artigo 87, 0XV, da Constituição do Estado do Paraná . | Escolha de conselheiros e auditores do Tribunal de Contas pela Assembleia Legislativa. | Prejudicada | Procedente (Plenário: 29/09/1994) Publicado: 07/10/1994 |
| 943-5 | Resolução nº 98 , de 04 de dezembro de 1990, da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná . | Remuneração dos deputados estaduais . | Indeferida (Plenário: 02/12/1993) Publicado: 11/03/1994 | Prejudicado (Plenário: 26/10/1995) Publicado: 24/11/1995 |
| 942-7 | Resolução nº 2 , de 12 de março de 1993, do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná . | A remuneração dos desembargadores será estabelecida de acordo com os vencimentos dos deputados federais . | Prejudicada | Prejudicada a Ação (Plenário: 11/11/1993) Publicado: 11/03/1994 |
| 934-6 | Artigo 17 e §§1º, 2º, 3º e 4º; artigo 21; §6º do artigo 22; §§1º e 3º do artigo 23; artigo 26; | Dispõe sobre procedimento de licitação . | Prejudicada | Decisão Monocrática – Prejudicado (Decisão: |

| | | | | |
|--------------|--|---|---|--|
| | parágrafo único do artigo 38; §2º do artigo 51; artigo 86 e §§1º, 002º e 3º; artigo 87 e §§1º, 2º e 3º; artigo 88; artigo 109 e §§1º, 2º, 3º, 4º e 5º; § 2º do artigo 113; artigo 116 e §§1º, 2º, 3º, 4º, 5º e 6º da Lei Federal nº 8666 , de 21 de junho de 1993 . | | | 03/02/2015) Publicado: 06/02/2015 |
| 926-3 | Parágrafo 2º, artigo 2º da Emenda Constitucional nº 3 , de 1993. | Dispõe sobre imposto sobre movimentação ou transmissão de valores e de créditos e direitos de natureza financeira. | Deferida (Plenário: 01/09/1993) Publicado: 06/05/1994 | Prejudicado (Plenário: 02/03/1994) Publicado: 29/04/1994 e Republicado em 06/05/1994 |
| 925-7 | Lei Estadual nº 10331 , de 09 de junho de 1993, do Estado do Paraná . | A remuneração mensal do servidor da Administração Pública não terá valor máximo aos valores percebidos como remuneração por Secretário do Estado . | Prejudicada | Decisão Monocrática – Negado Seguimento (Decisão: 03/09/1993) Publicado: 23/09/1993 |
| 919-2 | Lei Complementar nº 68 , de 22 de junho de 1993, do Estado do Paraná . | Dispensa o professor de rede pública de estágio probatório , detentor de um primeiro cargo com estágio concluído. | Deferida (Plenário: 08/10/1993) Publicado: 03/12/1993 | Não conhecido (Plenário: 16/05/2001) Publicado: 29/06/2001 |
| 906-1 | Artigo 6º da Lei nº 10331 , de 09 de junho de 1993, do Estado do Paraná. | Dispõe sobre a remuneração máxima dos servidores do Estado . | Indeferida – Decisão Monocrática (Decisão: 10/02/1994) Publicado: 25/03/1994 | Decisão Monocrática – Prejudicado (Decisão: 08/03/2002) Publicado: 15/03/2002 |
| 905-2 | Artigo 6º da Lei nº 10331 , de 09 de junho de 1993, do Estado do Paraná . | Dispõe sobre a remuneração máxima dos servidores do Estado . | Indeferida – Decisão Monocrática (Decisão: 09/02/1994) Publicado: 22/04/1994 | Decisão Monocrática – Prejudicado (Decisão: 07/03/2002) Publicado: 13/03/2002 |
| 902-8 | Decreto nº 36656 , de 16 de abril de 1993, do Estado de São Paulo. | Introduz dispositivos no Regulamento do ICMS . | Deferida (Plenário: 03/03/1994) Publicado: 22/04/1994 | Decisão Monocrática – Prejudicado (Decisão: 23/10/2001) Publicado: 05/11/2001 |
| 901-0 | Artigos 1º, 2º e 3º; parágrafo 3º do artigo 4º, e artigo 5º, todos da Lei nº 10331 , de 09 de junho de 1993, do Estado do Paraná. | Dispõe sobre a remuneração máxima dos servidores do Estado . | Deferida em Parte – Decisão Monocrática (Decisão: 08/10/1993) Publicado: 04/02/1994 | Decisão Monocrática - Extinto o Processo (Decisão: 25/06/2018) Publicado: 01/08/2018 |

| | | | | |
|-------|--|--|--|--|
| 893-5 | Lei Estadual nº 10331 , de 09 de junho de 1993, do Estado do Paraná. | Dispõe sobre a remuneração máxima dos servidores do Estado . | Deferida em parte (Plenário: 01/07/1993) Publicado: 03/09/1993 | Decisão Monocrática - Extinto o Processo (Decisão: 29/06/2018) Publicado: 01/08/2018 |
| 875-7 | Artigo 2º e respectivo Anexo Único da Lei Complementar Federal nº 62 , de 28 de dezembro de 1989. | Estabelece normas sobre cálculo, entrega e controle das liberações dos recursos dos Fundos de Participação . | Prejudicada | Procedente (Plenário: 24/02/2010) Publicado: 30/04/2010 |
| 855-2 | Lei Estadual nº 10248 , de 14 de janeiro de 1993, do Estado do Paraná. | Pesagem de gás liquefeito pelos estabelecimentos que comercializam. | Deferida (Plenário: 01/07/1993) Publicado: 01/10/1993 | Procedente (Plenário: 06/03/2008) Publicado: 27/03/2009 |
| 833-1 | Emenda Constitucional nº 2 de 25 de agosto de 1992, publicada no D.O.U. em 01 de setembro de 1992. | Dispõe sobre o plebiscito previsto no ADCT. | Indeferida (Plenário: 04/03/1993) Publicado: 16/09/1994 | Improcedente (Plenário: 14/04/1993) Publicado: 16/09/1994 |
| 810-2 | Expressões “e do Poder Judiciário “, ” respectivamente “ e “006 % (seis por cento) “, contidas no inciso III, do artigo 008º da Lei Estadual nº 10039 de 16 de julho de 1992, que estabelece as diretrizes para a elaboração dos orçamentos fiscais, próprio da Administração Direta e de Investimento das Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista, relativos ao exercício financeiro de 1993. | Estabelece diretrizes para o orçamento do Poder Judiciário corresponde a 6% da receita geral do Estado. | Deferida (Plenário: 10/12/1992) Publicado: 19/02/1993 | Decisão Monocrática – Prejudicado (Decisão: 20/11/2001) Publicado: 17/12/2001 |
| 782-3 | Artigo 1º da Lei Estadual nº 9998 , de 25 de junho de 1992. | A gasolina comercializada em todo território do Paraná, conterà obrigatoriamente 22% de álcool anidro . | Indeferida (Plenário: 16/10/1992) Publicado: 20/11/1992 | Decisão Monocrática – Negado Seguimento (Decisão: 03/03/1997) Publicado: 11/03/1997 |
| 730-1 | Resolução Administrativa nº 6/91 do Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região . | Pagamento de diferenças de vencimentos aos servidores do Tribunal Regional do Trabalho – 9ª Região , pela não aplicação do índice de reajuste salarial . | Deferida (Plenário: 13/08/1992) Publicado: 04/09/1992 | Procedente (Plenário: 27/09/1995) Publicado: 27/10/1995 |

| | | | | |
|-------|--|---|---|--|
| 709-2 | Artigo 1º da Lei Estadual nº 9048 de 04 de julho de 1989, publicada no D.O., Paraná, em 05.07.90. | Vencimentos dos desembargadores do Tribunal de Justiça, conselheiros do Tribunal de Contas e Procurador Geral da Justiça do Estado , ficaram fixados em 80% dos percebidos pelos ministros do STF. | Prejudicada | Prejudicado (Plenário: 07/10/1992) Publicado: 24/06/1994 (republicado) |
| 704-1 | Artigo 1º da Lei Complementar Estadual nº 62 de 1992, publicada no DO/PR do dia 06 de marco de 1992, promulgada pela Assembleia Legislativa do Paraná com veto do Governador do Estado . | Criação de município e alterações territoriais só poderão ser feitas um ano antes das eleições municipais . | Deferida (Plenário: 25/03/1992) Publicado: 18/03/1994 | Prejudicado (Plenário: 23/06/1993) Publicado: 18/03/1994 |
| 682-7 | Lei Estadual nº 9346 de 1990, aprovada pela Mesa Diretora da Assembleia Legislativa do Paraná e publicada no DO do Estado em 23 de julho de 1990. | Facultada matrícula escolar antecipada em 1ª série, de crianças que vierem a completar 6 anos de idade em final do ano letivo. | Indeferida (Plenário: 20/03/1992) Publicado: 05/06/1992 | Improcedente (Plenário: 08/03/2007) Publicado: 11/05/2007 |
| 654-1 | Expressões em destaque do artigo 2º e do seu parágrafo único do Assento nº 4 de 1988, do Eg-Tribunal de Justiça do Estado do Paraná . | A promoção dos magistrados far-se-á por ato do Presidente do Tribunal de Justiça , alternadamente por antiguidade e por merecimento. | Deferida (Plenário: 11/12/1991) Publicado: 06/08/1993 | Procedente em parte (Plenário: 02/06/1993) Publicado: 06/08/1993 |
| 632-1 | Lei Estadual nº 8928 , de 28.12.88. | Adicional do imposto sobre a renda e proventos de qualquer natureza. | Indeferida – (Plenário: 12/04/1989) Publicado: 26/05/1989 | Procedente (Plenário: 06/10/1993) Publicado: 26/11/1993 |
| 606-1 | Inciso VII do artigo 178 da Constituição do Estado do Paraná . | A escolha dos dirigentes das instituições de ensino de poder público estadual adotará o sistema eletivo, direto e secreto . | Deferida (Plenário: 07/02/1992) Publicado: 27/03/1992 | Procedente em parte (Plenário: 25/03/1999) Publicado: 28/05/1999 |
| 584-7 | Artigo 245 das disposições constitucionais gerais da Constituição do Estado do Paraná . | Toda importância recebida pelo Estado da União Federal, a título de indenização ou pagamento do débito , ficará retida a disposição do Poder Judiciário, para pagamento a terceiros , de condenações judiciais. | Deferida (Plenário: 26/03/1992) Publicado: 22/05/1992 | Procedente (Plenário em 19/03/2014) Publicado: 09/04/2014 |
| 523-5 | Parágrafo 3º do artigo 78 da Constituição do Estado do Paraná . | As decisões fazendárias de última instância, contrárias ao erário, serão apreciadas pelo Tribunal de Contas em grau de recurso. | Sem liminar | Procedente (Plenário: 03/04/2008) Publicado: 17/10/2008 |

| | | | | |
|-------|--|---|---|--|
| 522-7 | Artigo 44 da Constituição do Estado do Paraná. | No cálculo dos valores da aposentadoria ou de outros benefícios previdenciários do funcionário público será incluída a título de vantagem pessoal, a diferença entre a remuneração do seu cargo e do cargo de natureza estadual que tenha exercido por no mínimo 5 anos. | Deferida (Plenário: 12/09/1991) Publicado: 25/10/1991 | Decisão Monocrática – Prejudicado (Decisão: 11/12/2001) Publicado: 04/02/2002 (circulou em 06/02/2002) |
| 484-1 | Lei nº 9422 de 5 de novembro de 1990 e 9525 de 8 de janeiro de 1991 do Estado do Paraná. | Cria e disciplina a carreira especial de Advogado do Estado do Paraná em paralelo a de Procurador do Estado. | Indeferida (Plenário: 06/06/1991) Publicado: 27/03/1992 | Improcedente (Plenário: 10/11/2011) Publicado: 01/02/2012. |
| 483-2 | Artigo 25 e parágrafo único do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias - ADCT - da Constituição do Estado do Paraná. | Opção do servidor público estável a disposição de outro órgão diferente da sua lotação de origem, optar pelo órgão em que se encontra prestando serviços. | Deferida (Plenário: 25/04/1991) Publicado: 1991 | Procedente (Plenário: 25/04/2001) Publicado: 29/06/2001 |
| 468-9 | Alínea b do inciso II e inciso III do artigo 96 e ainda o parágrafo 1º do artigo 98 da Constituição do Estado do Paraná. | Dispõe sobre a promoção de juizes de entrância para entrância, alternadamente, por antiguidade e merecimento, autonomia financeira do Poder Judiciário. | Deferida (Plenário: 27/02/1992) Publicado: 16/04/1993 | Prejudicado – Decisão Monocrática (Decisão: 23/06/2010) Publicado: 30/06/2010 |
| 454-9 | Lei nº 6639 de 29 de dezembro de 1974, com a redação dada pela Lei nº 7771 de 13 de dezembro de 1983 e a Lei nº 9498 de 28 de dezembro de 1990. | Criação do Fundo Estadual de Previdência Parlamentar – FEPPA – Aposentadoria de Deputados, decorrente de contribuição de 8 anos. | Indeferida (Plenário: 1992) Publicado: 1992 | Não Conhecido (Plenário: 07/02/1992) Publicado: 08/05/1992 |
| 424-7 | Resolução nº 1 de 6 de março de 1990 do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná e art. 31 da lei nº 7567 de 8 de janeiro de 1982, modificada pela lei nº 6149 de 9 de setembro de 1970, do Estado do Paraná. Artigo 020 e 031 da Lei nº 7567/82. | Alteração do Regimento de Custas. | Indeferida (Plenário: 27/02/1992) Publicado: 27/03/1992 | Prejudicado (Plenário: 14/06/2000) Publicado: 15/09/2000 |
| 384-4 | Lei Estadual nº 9056 de 2/agosto/89, bem como o seu regulamento instituído pelo Decreto nº 6710 de 4/abril/90. | Inspeção e fiscalização da produção e do comércio de fertilizante e corretivos agrícolas – Agrotóxicos. | Indeferida (Plenário: 22/03/1991) Publicado: 14/06/1991 | Não Conhecido (Plenário: 20/11/1997) Publicado: 21/02/2003 |

| | | | | |
|-------|--|---|--|---|
| 342-9 | Inciso XXI do artigo 54 da Constituição do Estado do Paraná. | Compete a Assembleia Legislativa autorizar convênios a serem celebrados pelo Governo do Estado do Paraná. | Deferida (Plenário: 08/08/1990) Publicado: 28/09/1990 | Procedente (Plenário: 06/02/2003) Publicado: 11/04/2003 |
| 341-1 | Lei Estadual nº 9293, promulgada pela Mesa Diretora do Legislativo Estadual em 13.06.90, publicada em 20.06.90. | Ficam sem efeito todos os atos que tenham gerado qualquer punição aos integrantes do Magistério e demais Servidores Públicos do Estado do PR, em virtude de interrupção das atividades profissionais. | Deferida (Plenário: 17/08/1990) Publicado: 14/09/1990 | Procedente (Plenário: 14/04/2010) Publicado: 11/06/2010 |
| 340-2 | Lei Estadual nº 9105 de 23/outubro/89. | Fixa limite máximo da remuneração dos servidores públicos da Administração direta e indireta do Poder Executivo igual a dos Secretários de Estado. | Prejudicada | Decisão Monocrática – Prejudicado (Decisão: 19/09/2001) Publicado: 02/10/2001 |
| 252-0 | Lei nº 9056 de 02 de agosto de 1989, do Estado do Paraná. | Dispõe que a produção, distribuição e comercialização no Estado do Paraná de fertilizantes (...)destinados a agricultura, estão condicionados ao prévio cadastramento perante a Secretaria de Estado de Agricultura a Abastecimento. | Sem liminar | Não Conhecido (Plenário: 20/11/1997) Publicado: 21/02/2003 |
| 225-2 | Parágrafo 5º do artigo 098 da Constituição do Estado do Paraná. | Os créditos de natureza alimentícia deverão ser pagos pela Fazenda Estadual e Municipal e pelas autarquias, no prazo de 30 dias contados da data da apresentação dos precatórios , na ordem cronológica de sua apresentação. | Deferida (Plenário: 18/04/1990) Publicado: 25/05/2001 (circulou em 28/05/2001) | Procedente (Plenário: 31/08/1994) Publicado: 25/05/2001 (circulou em 28/05/2001) |
| 210-4 | Parágrafo 3º do artigo 078 da Constituição do Estado do Paraná. | As decisões fazendárias de última instância, contrárias ao erário, serão apreciadas pelo Tribunal de Contas em grau de recurso. | Sem liminar | Decisão Monocrática – Negado Seguimento (Decisão: 28/06/2001) Publicado: 08/08/2001 |
| 186-8 | Artigo 54, parágrafo 1º e 2º da Constituição do Estado do Paraná. | Os servidores públicos estáveis da Secretaria da Fazenda, poderão optar pelo reenquadramento no cargo de classe inicial. | Sem liminar | Procedente (Plenário: 11/05/1995) Publicado: 15/09/1995 |
| 175-2 | Incisos XVIII e suas alíneas " a " e " b " do artigo 34; XXI do artigo 34; parágrafo 7º do artigo 27 da Constituição do Estado do Paraná e artigos 46 , 55 , 56 e seus parágrafos 1º , 2º e 3º do ADCT . | Direitos dos servidores a licença especial, creche para os filhos e pagamento de remuneração na data de vencimento. | Deferida em parte (Plenário: 09/02/1990) Publicado: 03/08/1990 | Procedente em parte (Plenário: 03/06/1993) Publicado: 08/10/1993 |

| | | | | |
|-------|---|---|--|--|
| 161-2 | Artigo 102 da Constituição do Estado do Paraná e artigos 44, caput e parágrafo único e artigo 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias – ADCT . | Criação de três Tribunais de Alçada com sede em Curitiba, Londrina e Cascavel. | Deferida (Plenário: 11/12/1989) Publicado: 23/02/1990 | Decisão Monocrática – Prejudicado (Decisão: 08/06/2005) Publicado: 15/06/2005 |
| 118-3 | Parágrafo 3º do artigo 146 da Constituição do Estado do Paraná . | Incumbe ao Poder Público, sempre através de licitação , a prestação de serviços públicos em caso de transporte coletivo de passageiros . | Deferida (Plenário: 25/10/1989) Publicado: 03/12/1993 | Decisão Monocrática – Prejudicado (Decisão: 15/10/2001) Publicado: 12/11/2001 |
| 117-5 | Artigo 48 da Constituição do Estado do Paraná . | Cabe à polícia ostensiva a preservação da ordem pública e o soldo não poderá ser inferior ao correspondente aquele dos servidores militares estaduais . | Deferida (Plenário: 22/11/1989) Publicado: 07/05/1993 | Decisão Monocrática – Extinto o processo (Decisão: 31/08/2001) Publicado: 06/09/2001 |
| 116-7 | Parágrafo 5º do artigo 77 e artigo 54, 0XX, “a”, da Constituição do Estado do Paraná . | Os auditores e conselheiros do Tribunal de Contas serão nomeados pelo Governador, com aprovação prévia da Assembleia Legislativa. | Indeferida (Plenário: 25/10/1989) Publicado: 22/11/1989 (repblicado) | Procedente (Plenário: 29/09/1994) Publicado: 04/11/1994 |
| 115-9 | Artigo 251 da Constituição do Estado do Paraná . | Os vencimentos dos auditores e procuradores do Tribunal de Contas do Estado não serão inferiores a noventa e cinco por cento dos vencimentos dos conselheiros . | Indeferida (Plenário: 26/10/1989) Publicado: 17/11/1989 | Procedente (Plenário: 22/04/1993) Publicado: 01/07/1993 |
| 114-1 | Artigo 233 e seu parágrafo único, da Constituição do Estado do Paraná . | Os servidores públicos serão regidos pelo Estatuto dos Funcionários Civis do Estado . | Deferida (Plenário: 26/10/1989) Publicado: 22/11/2002 | Procedente em Parte (Plenário: 26/11/2009) Publicado: 17/12/2009 |
| 113-2 | Inciso VII do artigo 96 da Constituição do Estado do Paraná . | CODJ/PR – Diferença de 5% dos vencimentos fixados de uma para outra entrância , não podendo os vencimentos exceder os do ministro do STF. | Indeferida (Plenário: 25/10/1989) Publicado: 15/12/1989 | Decisão Monocrática – Prejudicado (Decisão: 10/06/2002) Publicado: 17/06/2002 |
| 75-6 | Lei Estadual nº 8801 de 29 de junho de 1988. | Valores ou depósitos judiciais de qualquer serventia da Justiça Estadual deverão ser depositados em agências do Banco do Estado do Paraná . | Prejudicada | Não Conhecido (Plenário: 01/04/1992) Publicado: 04/09/1992 |
| 30-6 | Expressões do artigo 8º da Lei Complementar nº 27 de 08 de janeiro 1986 e Lei nº 8915 de 15 de dezembro de 1988 . | Criação de distrito se dará por lei estadual mediante representação do município, feita pelo prefeito com aprovação da Câmara. | Sem Liminar | Procedente em parte (Plenário:11/06/1997) Publicado: 15/08/1997 |

| | | | | |
|------|---|---|---|---|
| 27-6 | Parágrafo único do Art. 3 ° do Assento Regimental nº 4 , de 1 ° de dezembro de 1988 do Tribunal de Justiça do Paraná. | O preenchimento de vagas destinadas ao quinto constitucional será efetivado através de promoção de juízes integrantes do Tribunal de Alçada, Ministério Público e advogados. | Deferida (Plenário: 08/03/1989) Publicado: 1990 | Procedente (Plenário: 21/02/1990) Publicado: 22/06/1990 |
| 21-7 | Itens II, III e IV do Artigo 1 ° da Lei Estadual nº 8929 de 20 de janeiro de 1989 . | Fixa vencimentos dos servidores públicos. | Deferida (Plenário: 01/03/1989) Publicado: 17/03/1989 | Prejudicado – Decisão Monocrática (Decisão: 01/10/2002) Publicado: 07/10/2002 |